

proposta nº15



EM DEBATE
PMDB
PT

fase

proposta

DEZ/1980 - Nº 15

Editorial	3
Em debate PT/PMDB	4
Movimento Popular, Igreja e Política Luiz Alberto Gómez de Souza	19
Política Agrícola Brasileira J. Garcia	27
Painel	43
Serviço	47

Proposta - Publicação de circulação interna da
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social
e Educacional.

Coordenador Nacional: Jean Pierre Leroy.

Coordenador de Publicações: Antônio Ivo de Car
valho.

Conselho de Redação: Afrânio Garcia Junior, Carlos
Menayio, Joaquim Alcides T. Ribeiro, Laís A. de
Menezes, Lorenzo Zanetti, Maria Emília Lisboa Pa
checo, Miguel T. Pressburger, Victor Valla e Zi
léa Reznik.

Capa e Diagramação: Antônio Rogério Garcia Silvei
ra.

Datilografia: Elita Vicente de Paula Duailibe.

Impressão: Vickson de Souza Viana.

Registro na Divisão de Censura de Diversões
Públicas do DPF - 2.244-P.209/73

editorial

As evoluções mais recentes na conjuntura geral do país, assim como o próprio desenvolvimento "interno" do Movimento Popular, vem colocando na ordem do dia a questão da participação político-partidária. Cada vez mais, o debate sobre a organização do povo, sobre seu processo de conscientização e libertação, passa pelo debate a respeito das opções partidárias ora disponíveis. Discutir o programa e a prática desses partidos, estabelecer critérios para orientar uma opção, enfim, debater politicamente os rumos e destinos do Movimento Popular constituem hoje desafios cotidianos para todos quantos têm colocado seu trabalho a serviço da causa popular.

Com o intuito de subsidiar esse debate, PROPOSTA organizou uma mesa-redonda para a qual foram convidados alguns militantes populares do PMDB e do PT que tiveram a oportunidade de expor seus pontos de vista, seus projetos e sua prática política. De forma viva e polêmica, tal como aparecem no debate, esses depoimentos diretos certamente ajudarão a melhor conhecer e avaliar as opções políticas expressas no programa e na prática desses dois partidos.

Ainda neste número, sob o título "Movimento Popular, Igreja e Política", o sociólogo Luiz Alberto Gómez de Souza nos expõe, de forma equilibrada e reflexiva, suas idéias a respeito da relação entre o religioso e o político, enquanto espaços de expressão e luta do povo. Historiando a evolução da prática e do pensamento dos militantes cristãos no que diz respeito à participação político-partidária, Luiz Alberto demonstra a necessidade de distinguir e identificar a natureza específica de cada um desses dois espaços e, ao mesmo tempo, compreender o papel complementar que podem desempenhar no rumo da construção de um Movimento Popular autônomo e enraizado.

Finalmente, o artigo de J. Garcia analisa de forma sistemática e meticulosa a atual política Agrícola Brasileira. Através do exame das medidas concretas recentemente adotadas para o campo brasileiro e da sua comparação com as orientações preconizadas pelos órgãos econômicos e financeiros internacionais, o artigo procura desvendar os profundos laços que subordinam a atual Política Agrícola aos interesses do capital internacional.

Eis o número 15 de PROPOSTA que, acreditamos, possa servir de subsídio ao debate e à reflexão dos leitores em especial daqueles que se dedicam a trabalhos de base.

Em Debate

PT - PMDB

Bráulio Rodrigues da Silva - Membro da Coordenação do MAB - Movimento Amigos de Bairro de N. Iguaçú e do Diretório Municipal do PMDB de N. Iguaçú; Vilma Costa - Presidente da Associação de Moradores da Vila Kennedy, membro da Comissão Provisória do PT - 24ª Zona - RJ; Eurico Natal - Membro do MUB Movimento União de Bairros de D. de Caxias, Presidente da Comissão Provisória do PT - D. Caxias; José Cardoso (Ferreira) - Militante de base da 3ª Zona do PT, membro da Pastoral Operária; Ricardo Bellingrodt Marques Coelho, Tesoureiro do Sindicato dos Professores - RJ, membro do Diretório do PMDB 18ª Zona - RJ.

O debate realizou-se em duas etapas. Da primeira etapa deixou de participar o Ricardo. Da segunda, transcrita a partir da página 7, não participaram Vilma e Natal.

Proposta: Como vocês definiriam a prioridade política de seus partidos para a presente conjuntura, considerando a situação de crise do poder autoritário e considerando as necessidades de organização e expressão política do movimento popular?

Vilma: No plano geral, a partir dos encontros que a gente vem tendo a nível regional e nacional, o PT já definiu, como expressão da maioria de seus filiados, que a tarefa principal em termos de conjuntura é a luta pelo fim do regime autoritário. Em termos específicos do movimento popular, o PT coloca todas as suas propostas como reflexos desses movimentos. Trata-se, nesse plano, de construir uma organização política independente dos trabalhadores e do povo, a partir de um amplo movimento de massas. O fim do regime autoritário é fundamental para a organização política do povo e o êxito dessa luta depende, por sua vez, de que o trabalhador esteja organizado pela base, de forma in-

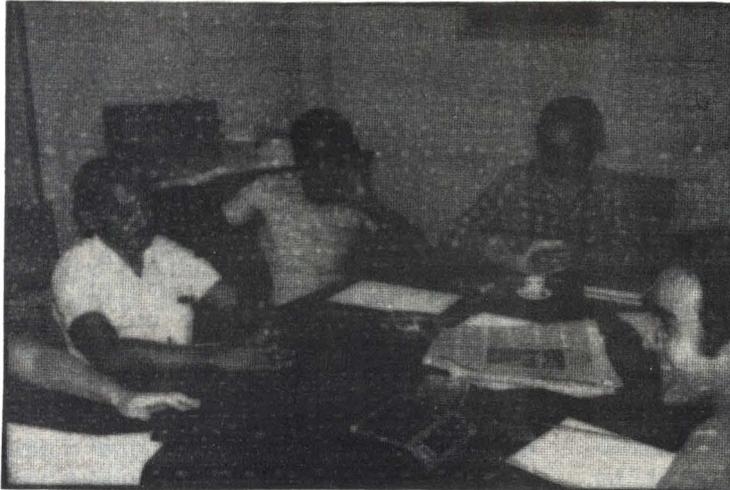
dependente, com propostas próprias e não a reboque de outros setores de classe, como tem sido até então. É claro que consideramos importantíssimo estar perto desses setores. O PT se define como um partido aberto a todo brasileiro que simpatize e assuma as suas propostas.

A proposta do PT é fundamentalmente democrática, na medida em que as direções são eleitas pela base do partido e que a garantia da democracia interna é um ponto de honra para o partido.

A preocupação é que o trabalhador crie um veículo de expressão próprio que o instrumentalize na luta pela hegemonia num poder futuro. Desorganizados como estão dentro dos atuais partidos, dificilmente os trabalhadores vão ter poder de barganha suficiente para impor condições de direção e influência dentro de um país como o nosso, cujo governo precisamos um dia conquistar.

Ferreira: Nos últimos 16 anos houve

mudanças significativas no perfil do próprio sistema capitalista brasileiro. Em 1964, os trabalhadores industriais brasileiros somavam 3,5 milhões. Hoje são 10 milhões. Os as salarizados agrícolas naquela época eram 4 milhões, hoje são 12 milhões. Isso representa, enquanto mudança dentro do próprio sistema capitalista, uma alteração quantitativa muito importante. Ao mesmo tempo em que ocorreu esse processo de in



corporação dentro do sistema, nas ceu um fosso muito grande em termos de desigualdade social.

O poder aquisitivo dessa grande mas sa diminuiu em cerca de 50%. Isso significa que houve um empobrecimento muito grande tanto da massa assalariada como do meio popular em ge ral.

Por outro lado, nos últimos quatro anos, seja por conta de contradições políticas e econômicas do regime, se ja porque houve uma ascensão muito forte, mais ou menos organizada, do movimento operário e popular que co meça a pressionar, o fato é que o regime teve que fazer a chamada a bertura, ou seja, criar um espaço para tentar ajustar melhor a crise.

Dentro desse quadro é que surge a

necessidade dos trabalhadores não só terem como base de sua reivindicação a ação sindical, que é um ins trumento democrático de massa, mas também de criar um instrumento polí tico. Aí aparece a proposta do PT, a partir exatamente de líderes operá rios. A partir da sua prática soci al no campo sindical de bairro, etc., os trabalhadores viram a ne cessidade de criar o seu instrumento político próprio, com a finalidade de assegurar espaço para a sua luta. Nesse sentido, a tarefa do PT não pode ser outra senão a de, fundamentalmente, abrir mais espaço. Quanto mais es paço em direção à de mocracia for conquis tado, melhor para os trabalhadores.

E é o PT que tem que lutar por isto. Em ne nhum país do mundo a classe operária se a justa a ditaduras bur guesas. O principal fa vorecido com a democra cia é o trabalhador; por isso nossa luta

principal é pela democracia contra a ditadura. Dentro dessa mesma pers pectiva é importante fazer com qu e a conquista da democracia seja uma prática da própria organização par tidária. A prática do partido tem que ser democrática como condi ção de se afirmar como um partido de massa e, inclusive, no sentido de que a vivência democrática do partido seja a antecipa ção da vivência democrática na sociedade.

Por outro lado, a luta pela democra cia tem para nós uma característica muito própria, muito concreta. Uma coisa é a burguesia defendendo a de mocracia, outra coisa são os traba lhadores lutando pela democra cia. Para nós é essencial que o progra ma, estatutos, enfim as grandes questões do Partido sejam discuti

das nos núcleos organizados. Embora haja muitas pessoas no PT que defendem a luta pela Constituinte, a nossa opção foi claramente de centrar fogo na luta pelas liberdades fundamentais que correspondam de fato às exigências prioritárias dos trabalhadores. A Constituinte não entrou no nosso programa. Assim, a luta pela liberdade de organização sindical, com tudo o que isso significa (direito de greve, estabilidade de no emprego, etc.), assim como a luta pela liberdade irrestrita de organização política ocupam um lugar central na luta política do PT. Sem alcançar previamente essas vitórias, não vemos como uma Constituinte possa ser útil ao Movimento Popular. Nós tivemos Constituinte em 46. Uma abertura democrática que fica ao nível da discussão parlamentar, em torno de uma cúpula que ainda está baseada nos interesses da burguesia, tem um interesse muito limitado para nós. Para o PT, a democracia passa pela obtenção de amplas liberdades sobretudo para os trabalhadores.

Bráulio: O PMDB hoje é bem diferente do que foi o MDB. Menos do que um partido político, o antigo MDB era mais um aglomerado de pessoas descontentes com o regime. A luta contra a reforma partidária do governo, que visava claramente dividir as oposições, embora não tenha sido vitoriosa, permitiu que o MDB se depurasse dos adesistas e oportunistas e renascesse com mais força e mais conteúdo popular.

Quem está hoje no PMDB tem um posicionamento muito claro a respeito do momento que estamos vivendo, das tarefas que temos que cumprir.

E é preciso ter bem claro o seguinte: o importante é que nossa união se dê em cima do quadro que vivemos atualmente e não em cima daquilo que queremos alcançar quando essa situação terminar. Este não é o momento para se discutir o amanhã. Temos que discutir o hoje. Muitos de

nós que estamos hoje no PMDB e outros que estão no PT, talvez amnhã estejamos juntos. Discutir o amanhã é um sonho muito grande que eu, por exemplo, tenho desde 1945.

O companheiro Ferreira disse uma coisa, que não é bem como ele colocou. Em 46, a Constituinte surgiu exatamente no bojo de um movimento que conquistou todas as liberdades democráticas: direito de greve, liberdade individual, liberdade de pensamento, de organização partidária, etc. O maior partido popular da época era o PC. Não é à toa que viveu somente dois anos. O PMDB luta pela Constituinte exatamente na medida em que luta pela democratização da sociedade. Não só no sentido das liberdades políticas, mas também no sentido das reformas sociais. Sim, porque não basta acabar com o regime autoritário e manter as mesmas estruturas como estão. É preciso reformar muita coisa nesse país. O PMDB luta por uma Constituinte livremente eleita e soberana exatamente para ser o instrumento de todas essas mudanças que o país necessita. E isso interessa a todo o povo e não só aos trabalhadores.

Quando a companheira Vilma disse que hoje o PT é aberto a todo povo, isso é uma autocrítica. Porque quando o PT iniciou as discussões, pelo menos em N. Iguazu, só poderia ser do PT quem fosse contra o patrão. Isto fechou muito. Porque se nós estamos lutando contra esse regime, o pequeno patrão, o pequeno industrial, o pequeno proprietário rural também se interessam porque eles também estão sufocados. Foi uma falta de visão do PT. Somente depois, quando Lula foi eleito, é que o PT se definiu de um modo mais aberto, menos estreito. A proposição do PMDB sempre foi a de ser um partido de frente de todos os democratas, não só para participar das eleições, mas para ter uma ação e um funcionamento permanente, com a sede sempre aberta, mobilizando, discutindo, etc.

Vilma: Quando o companheiro coloca que o PT fez uma autocrítica, eu discordo. Se é verdade que existiam alguns setores dentro do PT que defendiam posições tipo "partido sem patrão", "governo dos trabalhadores", etc., a prática demonstrou que isso não expressava a posição da maioria. A medida em que o PT foi crescendo, foi incorporando inclusive trabalhadores, as concepções tipo "PT classista" foram se tornando claramente minoritárias.

O que distingue o PT dos demais partidos é o fato de que ele não se considera um partido acabado. Está se estruturando e é uma experiência completamente nova. Com relação à Constituinte por exemplo, o que se tirou a nível nacional é que esse tema não seria incluído diretamente no nosso programa, principalmente pelo fato de não haver sido ainda devidamente discutido pelas bases.

Sobre isso, inclusive, o plenário ficou dividido. Não houve uma voz que se levantasse contra a Constituinte. A discussão era a respeito da inclusão ou não naquele momento da Constituinte no programa. Houve consenso, isso sim, no repúdio à Constituinte com Figueiredo. Foi levantada uma moção para que em cada núcleo de base fosse discutida a Constituinte. Por outro lado, é preciso insistir que o PT, a partir do momento em que se propõe a ser um reflexo dos movimentos populares, a ser um veículo de organização política desses movimentos, ser um partido de massas, ser um partido aberto e com ampla participação das camadas trabalhadoras e do povo, quando ele se propõe a tudo isso, logicamente é preciso ter em vista a questão da legalidade. Nenhum partido de massas pode ser constituído em baixo da ilegalidade. E para isso é preciso compreender a conjuntura, os limites impostos por ela. O PT pretende se legalizar dentro das regras atuais da legislação partidária, embora lute para transformá-la. Quem despreza

isso, não está com o pé na terra. Acredito que seja a posição do PT classista que é uma minoria. É inegável que o PT está sendo construído aproveitando um espaço aberto pelo próprio regime. É inegável também que esse espaço foi aberto com o intuito de isolar os setores de esquerda do movimento popular e do conjunto da oposição, neutralizando assim sua influência. Para isso foi feita a reformulação partidária. Mas o que o regime não esperava é a maneira como está sendo ocupado o espaço aberto. O PT pra valer, para ser registrado, o PT de massas não estava nos planos do regime. O feitico vai virando contra o feiticeiro na medida em que o PT vai se afirmando como um veículo de organização da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, como um partido aberto aos outros setores da população indispensáveis para conferir um caráter de massas ao partido.

Natal: Dentro da conjuntura brasileira a principal questão é o fato de que estamos sob um regime militar autoritário. Todos os partidos de oposição lutam contra esse regime. Em todos os setores a gente tem que ganhar a unidade em torno dessa luta contra o regime porque ele é o inimigo mais forte. Com relação à Constituinte acho que, nesse período, seria prejudicial para a população brasileira. O companheiro Bráulio disse que em 46 foi feita uma Constituinte que implicou em grandes conquistas. Ele mesmo disse que nessa época o maior partido popular, eu sou testemunha disso, era o PC.

Aí prova que a Constituinte em si não vale. O partido foi criado e imediatamente cassado. Por que? Porque não foi feita a Constituinte com os elementos básicos. Porque ela só vale se for tirada a partir da população organizada pela base. Em cima de pessoas como Dutra, etc., a Constituinte foi traída, não sobreviveu. O programa do PT é um do

cumento que tem tudo aquilo que as bases querem. É rico em substâncias populares.

Proposta: Todos se colocam de acordo quando se fala na necessidade de uma frente política contra o regime. Dentro disso, o PT é acusado de divisionista porque se organiza independentemente dos outros setores dessa frente, enquanto o PMDB é acusado de não oferecer espaço suficiente para a presença e influência dos setores operários e populares. Como vocês se posicionam diante disso?

Vilma: Com relação à luta contra o regime seria mais coerente estar no PMDB porque a abrangência em termos de frente de setores da população é muito mais ampla. Essa é a colocação que se faz. Por que estamos no PT e ao mesmo tempo continuamos achando que a bandeira principal é a luta contra o regime?

Do mesmo jeito que o regime não esperava pelo PT, amplos setores da oposição também não esperavam. Mas o fato é que, a partir da derrota que a oposição sofreu e do seu fracassamento começaram a se delinear vários Partidos de oposição. E isso hoje é uma realidade. Não há partido de oposição que no seu interior, possa conter todas as forças que comporão a frente contra o regime. Nem mesmo o PMDB, com toda a sua abrangência. O regime tem de ser enfrentado por uma frente partidária e não por um único partido.

A questão é saber em qual tipo de partido deve-se atuar. Consideramos que se a classe trabalhadora não tiver força e poder de barganha para impor seus interesses e condições, os setores médios e os liberais podem até acabar com o regime, mas não vão dar margem de participação aos setores populares. Por isso optamos pelo PT que prioriza os setores operários. É claro que queremos também ganhar os outros setores para o PT.

Sabemos que no PMDB existem companheiros da maior combatividade, mas certamente não são nem serão maioria do quadro partidário. No PT, defendemos a predominância de companheiros que estão em trabalho operário, em trabalhos de base. Acreditamos que esse trabalho vai refletir em outras camadas que, por essa via, vão ser atraídas. A partir do momento em que o trabalhador esteja organizado dentro de um partido político amplo, legal, de massas - isso vai ser uma conquista. Estamos aproveitando um espaço cedido pela ditadura mas, quando ela quiser fechar, o trabalho já estará organizado politicamente o suficiente para impedir esse fechamento. Qual o partido que vai permitir a organização política do trabalho a curto prazo? Acreditamos que seja o PT porque só o PT tem um quadro atual de predominância de elementos que vem de camadas menos privilegiadas. Reconhecemos que é uma limitação. Na medida em que se prioriza um setor, outro, que também é importante, tem de ser secundarizado. Fazemos questão que o setor da classe operária e dos movimentos populares representem um quadro majoritário, inclusive numericamente no PT, garantindo assim que os interesses dos trabalhadores e do povo oprimido em geral sejam colocados na ordem do dia. Coisa que não acreditamos que possa ser feita pelo PMDB.

Ferreira: A fragmentação orgânica da oposição não representa um problema fundamental exatamente porque reflete a conjuntura que nós vivemos. O MDB refletia uma frente dentro do quadro de regime mais fechado possível. Quando o espaço político foi-se abrindo muitos pularam do MDB, os adesistas, etc. Não ficaram porque a conjuntura mudou.

O mesmo ocorreu pelo outro lado. De um lado, os adesistas não se situaram mais no novo PMDB, o que foi

certamente um progresso para o PMDB. Mas esse progresso não foi suficiente para incorporar no seu programa e na sua prática essa grande massa de trabalhadores.

Eu acho que a opção do PT surge exatamente do fato de que o PMDB é incapaz de incorporar em termos práticos, concretos, a proposta que faz o PT. Há quem lembre que a ditadura está forte e nós estamos deprimidos. Mas é preciso não esquecer que sempre quando, na prática, ganhamos uma possibilidade de negociação é a partir de uma certa medida de correlação de forças. Não é o Golbery fazendo concessão com uma coisa que não existe. A política dele é de arrochar. Se houver concessão do regime é porque existem forças reais capazes de impor ao regime mudanças na sua política.

E aí o fundamental é encontrar a unidade na ação. Essa unidade de ação tem que ser muito concreta. Vou dar o exemplo de São Bernardo. Um companheiro disse uma vez que a greve de São Bernardo estreitou o espaço e eu mostrei para ele que abriu. Não podemos raciocinar como se o Golbery tivesse a bolinha de ouro para tudo. Por que abriu? Porque toda a população do Brasil que acompanhou a greve foi tocada pelo fato. Não existiu nenhum outro fato político no Brasil recente que tenha tido tanta importância como São Bernardo. Não conquistaram reivindicações de salários etc., mas espaço político foi aberto. Então é na ação que se encontra a unidade. Se não tiver luta social não pode haver mudança social. Essa ação tem que ser unitária.

Por isso, é errado dizer que o PT entrou na jogada do governo e dividiu a oposição.

Acho que o espaço ocupado pelo trabalhador através do PT, nós devemos fortalecer em termos de futuro. E isso não significa estar com o pé fora da terra. Pé na terra é criar uma força unitária maior que, sem

grandes balbúrdias, vá tentando avançar, tendendo marcar uma oposição, arrancando do sistema o que se tiver condição de arrancar, sem capitular antes da luta. É claro que hoje quem ainda está com a força é o regime. Mas a força dele hoje é menor do que ontem. Vamos atuar em cima da força de hoje e não na de ontem. A força do regime ontem era consolidada, tinha o apoio da Igreja, da classe média, o despreparo de toda a massa que foi atingida. Hoje a situação é diferente. Hoje há espaço para o PT. Há algum tempo atrás não se falava em PT, se falava em Lula. Hoje eu li no jornal que o PT já está com mais de 20.000 militantes, talvez 26.000. Um partido que no Brasil hoje é capaz de incorporar essa quantidade de gente, sendo a maioria de trabalhadores, e efetivamente, não é para se desprezar.

Vilma: Alguém falou no início que não basta acabar o regime e que é preciso mudanças mais profundas. Isso é verdade e nos traz inclusive a questão de saber qual o tipo de democracia que queremos. Sim, porque até o PDS fala em democracia no seu programa. É preciso ter bastante claro que a democracia que interessa ao trabalhador é muito mais profunda do que a democracia que satisfaz o liberal. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o PT define a luta contra o regime como sua tarefa prioritária, considera que, no processo dessa luta, é essencial que os trabalhadores acumulem força e adquiram a hegemonia da democracia que será construída.

Com relação ao fracionamento das posições e a possível posição divisionista do PT, acho que os tempos já mudaram e a prática tem demonstrado que não é por aí. Uma política de unidade pela democracia passa hoje não por uma fusão dos partidos, que já têm sua individualidade e seu programa próprios, mas sim pelo estabelecimento de uma plataforma

ma comum de lutas que permita uma prática unitária contra o regime. Ficar repetindo que o PT é divisionista, como fazem muitos companheiros do PMDB, a meu ver só contribui para dificultar a unidade e debilitar a frente oposicionista.

Ferreira: O fundamental hoje é construir uma plataforma de ação comum para os partidos de oposição. É urgente avançar em termos dessa plataforma que unifique nossa ação em todos os níveis:parlamentar, instituições, entidades, etc.

Bráulio: Queria esclarecer aos companheiros do PT quando dizem que o PMDB não tem espaço para os trabalhadores. Essa avaliação não é correta, porque vocês estão vendo o PMDB ainda como o partido do Ulisses Guimarães, como muita gente viu o PT como o partido de Lula. O PMDB hoje tem uma linha clara de apoio ao movimento popular e está trabalhando muito nesse sentído. O PMDB não quer transformar os sindicatos e as entidades de massa no partido. Essa é a diferença. O PMDB procura incentivar as organizações de massa sem tutelá-las. Já o PT, eu não tenho tanta certeza se tem essa mesma política. Queremos que as organizações de massa sejam desdobradas, que haja discussões políticas mas não partidárias porque uma entidade é diferente de um partido político.

Vilma: O PT é uma instância de organização política ao passo que associação de bairro e sindicato são instâncias de organização ampla e independente do setor de classe ou da população que cada um deles represente. Infelizmente tem gente que não compreende isso, tanto dentro do PT como no PMDB. Eu conheço companheiros do PMDB que abandonaram completamente a organização dentro da sua associação de bairro em nome da construção do PMDB. Concordo com a colocação do companheiro no sentido de que isso é um erro lastimável mas posso garantir que

isso não está incluso na proposta do PT. Na greve do ABC - e o ABC é o coração praticamente do PT - não houve em nenhum momento nenhuma colocação do PT. O Lula proibiu qual quer colocação do PT dentro da greve.

Proposta: Hoje ha um consenso geral a respeito da necessidade de se entrar mais na área da atuação política. O que significa em termos práticos levar o povo a participar da política? Que tarefas fundamentais devem ser cumpridas?

Ricardo: O PMDB se pretende um instrumento político a serviço da população. Como disse muito bem o Ulisses Guimarães em Brasília, por ocasião do lançamento do Movimento Trabalhista Nacional, o PMDB não pretende paternalizar o povo. Ele pretende estar ao lado do povo na sua organização política, estando presente junto às lutas populares, procurando canalizar as reivindicações a nível de Parlamento e, ao mesmo tempo, lançando as campanhas de interesse nacional, como no caso das eleições de novembro e procurando respaldar cada pequena luta, seja a nível de fábrica, escola, bairro, etc.

Ferreira: Existem vários fatores que dificultaram o povo a ter uma idéia do que é participação política. A política é entendida como um assunto dos parlamentares, dos homens da política. Quando dizem que não se metem em política, eles estão se referindo aos parlamentares, ao senadores, etc. Se fala muito em classe política, aquela que trata da política. O povo em geral referenda, legitima a política desses homens em época de eleição. É natural a marginalização do povo em relação a questões políticas porque a política está entendida como uma coisa acima do povo.

Para os partidos que pretendem ser um instrumento de expressão do meio popular é claro que a política é en

tendida como um assunto de toda a sociedade e principalmente dos trabalhadores. A tarefa principal do partido é a educação, a informação do que é de fato a política ligada ao povo. Há uma diferença de idade entre o PT e o PMDB. O PMDB é um partido mais antigo, não na sua sigla mas na sua composição, que já tem uma vivência mais longa. Os representantes altos do PMDB já vivem nesse conceito da classe política, ou seja, na concepção de que o povo é para votar para legitimar as decisões tomadas por essa classe política que representa os interesses da burguesia. O PT é uma proposta muito recente, mas seu próprio nascimento é marcado pela idéia de que ele venha a ser um instrumento, um canal de expressão e organização do meio popular, dos trabalhadores. O fato de que nasce de líderes sindicais é normal. Em vários países do mundo nasceram partidos dentro daqueles setores mais avançados do movimento popular.

Quando se faz um debate a gente parte sempre do interesse da vida do trabalhador, e a forma de levar o povo a participar da política é fazer com que ele entenda que tudo na vida dele passa por uma decisão política. Nós costumamos fazer com que o trabalhador ligue a vida dele com a questão política. Como o PT é um partido novo, isso representa um grande esforço cujos resultados imediatos não podem ser ainda medidos. Hoje o PT está com mais ou menos 30.000 militantes. Os núcleos que são formados nas bases, nos bairros, também demonstram que o povo está participando das decisões. Para nós, no momento, o fundamental é a formação de núcleos e a maioria é de trabalhadores.

Bráulio: Sobre a não incorporação hoje do PMDB nas lutas populares, isso é uma visão errada. É só lembrar do que foi o MDB e do que é hoje o PMDB; que está voltado para as lutas populares. Só que o PMDB não procura substituir as lide

ranças e sim dar respaldo e incentivo. Com relação a não participação do trabalhador em política hoje, estou totalmente de acordo com o que disse o Ferreira. O povo a partir de 30 foi instruído para votar e não como votar.

Com a legalização do PC, em 1951, foi que o povo começou a entender pouco a pouco o que era política. Depois, com o fechamento do partido, voltou a mentalidade de que o povo era só para votar.

Hoje, em Nova Iguaçu, o PMDB já é um partido entrosado com as organizações de bairros. O povo já começa a entender o porquê do PMDB; mas ainda está longe de ser como a gente pretende que o PMDB seja. Os políticos do PMDB são mais antigos sim, só que hoje eles têm uma nova visão do que é PMDB. Não é à toa, que o Ulisses Guimarães está indo para as ruas pedindo eleições de 80. Além disso, esses políticos acumularam, nesses anos todos de luta oposicionista, uma tradição e uma experiência de luta democrática que o movimento popular não pode, de forma alguma desprezar.

Por outro lado, um dado importante que não devemos esquecer é o fato de que o voto popular tem sido sistematicamente dado à Oposição. Em 1978, o MDB obteve 14 milhões de votos, ou seja, mais da metade do eleitorado. É claro que essa votação significou mais um desabafo do que uma resposta organizada do povo. Hoje trata-se de canalizar, de forma consciente e organizada, para a política, para as eleições todo o descontentamento popular. E isso significa eleger elementos realmente com promessas com as lutas e organizações populares.

Proposta: Em termos de práticas e procedimentos concretos, como os partidos estão enfrentando ou pretendem enfrentar a chamada "despolitização" do povo?

Ricardo: É preciso evitar, sobretudo

do, uma concepção doutrinária da política. É importante que os partidos organizem a população em seus locais de trabalho, de moradia, mas o mais importante é a capacidade que esses partidos têm de atingir as amplas massas. Você não atinge as amplas massas hoje, simplesmente com essa política de organização. Você atinge na medida em que encaminha as lutas, as reivindicações concretas. Sentir seus problemas, a população sente melhor do que ninguém. Pelo conjunto das forças que o compõem, acho que o PMDB é o partido mais adequado hoje para puxar as grandes campanhas que interessam à população. Qual o partido que tinha saldo político para intervir como entreviu no ABC com a presença constante de políticos? O PT não quis encaminhar a Comissão pelos parlamentares do PMDB; mandou dois sindicalistas honestos, mas que nem sequer foram recebidos em Brasília. Por que? O PT não tem o saldo político de luta popular e parlamentar que o PMDB acumulou em 15 anos. A greve do ABC, a luta pelas eleições, pela Constituinte - por aí a gente pode ver o papel que o PMDB está cumprindo.

Acho que existe uma tremenda confusão entre luta sindical e luta política. É preciso entender que são espaços de luta. O partido não vai substituir o sindicato nem a associação de moradores. O partido tem que estar ao lado deles na defesa das questões sindicais por melhores salários, por melhores condições de vida. Quem unifica o povo nas lutas concretas, econômicas, hoje, são as organizações de massa. Por outro lado, existe um espaço político específico e aí o partido lidera mesmo: defesa das eleições, luta pela Constituinte, pela liberdade de expressão, etc. O Parlamento ganha um peso fundamental porque é uma caixa de ressonância de todas as reivindicações, de todas as lutas do povo. O povo tem condições plenas de assumir todas as grandes bandeiras políticas. Não podemos subestimar a

capacidade de luta do povo, e a América Latina vem dando um exemplo dessa capacidade. O que falta são os instrumentos mais adequados. Ou a gente hoje encontra esses instrumentos para que as lutas populares se canalizem e tirem os saldos mais positivos ou todas essas contradições se perdem. O PMDB é quem tem condições de reunir o mais amplo espectro de forças para, a nível da luta político-parlamentar, enfrentar o regime. Na medida em que os trabalhadores mais se apossem do partido, todos os setores liberais do partido vão sendo puxados para a luta popular. Nosso interesse não é excluir ninguém da luta popular, pelo contrário é ganhar o maior conjunto de setores para essa luta.

Na questão da luta sindical, defendemos a unidade dentro dos sindicatos tendo uma ação unitária.

Ferreira: Não há - no respeito à autonomia dos movimentos populares - confusão entre associação de bairro e partido. Não podemos teorizar um princípio e na prática entrar em contradição. A questão que o Ricardo levanta acho que entra em contradição. O fato dos companheiros do PT serem dirigentes sindicais não invalida e não incompatibiliza a posição e a responsabilidade política deles. Tanto que vários dirigentes sindicais entraram para o PMDB. É incompatível a acumulação de mandato? Nem é questão de discussão. Acho que não é problema de hoje. Não existe confusão, por parte do PT, entre partido e sindicato. O PT é o primeiro partido que, em seu programa, colocou a questão da autonomia sindical em relação aos partidos.

A colocação de que o PMDB foi o partido que tomou uma posição consequente na greve do ABC, não vou questionar, mas uma coisa é certa: o ABC não surgiu do PMDB. Isso é fundamental. O que ganhou um caráter nacional e internacional não foi uma proposta, uma campanha nascida do PMDB.

Também não vou dizer que foi nasci da do PT, não.

Mas é muito pretencioso colocar que foi o PMDB que viabilizou, no caso do ABC, a negociação com o governo. O que pesou foi a luta e a mobilização dos trabalhadores. Aliás, é sempre através da luta e da mobilização que se avança nas conquistas democráticas, e não através de acordo de cavalheiros.

O instrumento que está fazendo avançar a luta são os sindicatos, e os partidos têm que apoiar porque é uma questão fundamental até para a sua sobrevivência.

Não é porque o PMDB tem mais condições de intervenção a nível do governo que as conquistas dos trabalhadores, do meio popular, vão ser fáceis. Se não houver associação de bairro, pode existir PMDB, PT, etc. que os problemas dos bairros vão continuar. A prática dos partidos, em geral, passa pelas grandes campanhas nacionais, não tendo condições de fato de organizar e mobilizar dentro dos meios populares.

Os partidos só podem ter uma intervenção na defesa dos interesses dos trabalhadores da cidade e do campo, se as organizações populares e os sindicatos forem capazes de se impor a esses partidos, impor suas propostas e suas lutas. Se não fica no nível da negociação parlamentar e não se chega a democracia alguma.

Os partidos em geral estão se propondo a apoiar as lutas populares. Acho que o PMDB não é o partido, mas sim um dos partidos da oposição que está apoiando essas lutas. E nós, trabalhadores, somos os maiores interessados em arrastar para nossa luta todos aqueles partidos que estejam apoiando nossas reivindicações.

Ricardo: Em nenhum momento se disse aqui que os líderes sindicais não devem estar no partido. Eles devem. É inclusive obrigação

deles como cidadãos estar no partido político. Com relação à greve do ABC, é claro que nenhum partido pôde a greve, até porque nenhum partido se propõe a substituir as organizações de massa dos trabalhadores.

O que eu disse é que a luta econômica é unificada fundamentalmente pelas organizações de massa. O partido ali tem o papel de respaldo. Isso não exclui que os próprios líderes dessa luta econômica, no caso do sindicato, atuem também como líderes políticos.

A respeito dos profissionais da política, chamados de classe política, é preciso compreender que a questão central é fazer com que os parlamentares, sejam eles trabalhadores ou não, expressem na prática o programa do partido e empunhem firmemente suas bandeiras. Não leva a nada alimentar uma desconfiança em relação ao profissional da política em geral. Nos partidos, como nos sindicatos, há os bons e os maus dirigentes, assim como há os bons e os maus trabalhadores, etc. Para isso, no caso dos partidos, há as convenções onde os trabalhadores escolherão aqueles que considerarem mais capazes de representar o partido na disputa eleitoral e depois no Parlamento. Ainda sobre a greve do ABC; não há dúvida de que, a nível político-parlamentar, o partido de oposição em melhores condições de fornecer respaldo era o PMDB, o que não significa que ele veio a substituir a direção do sindicato.

Para mim a greve foi derrotada, não porque faltou um partido, mas sim por erros de encaminhamento da direção sindical, que avaliou mal a correlação de forças.

Ferreira: Uma das características das conquistas dos italianos e dos espanhóis na derrubada do fascismo foi a incorporação nessa luta das amplas massas trabalhadoras e populares, através de suas várias organizações e partidos. Os partidos tiveram capacidade de incor

porar quantitativamente essas mas sas populares, na mesma medida em que incorporam suas reivindicações fundamentais dentro do seu programa e de sua prática. Para nós se colo ca esse problema: como os partidos devem incorporar e transformar em bandeiras e campanhas essas reivin dicações populares fundamentais? Ho je temos o achatamento cada vez mai or do salário do trabalhador em re lação ao custo de vida, a inflação, desemprego, etc. Qual é a proposta política dos partidos de oposição para encaminhar a solução disso? Numa convenção pode ser tirada a a ção política do partido, mas é bom saber se estamos ou não incorporan do aquelas reivindicações fundamen tais para as massas populares.

Para nós, do PT interessa que a lu ta parlamentar, a Constituinte, a luta pelas liberdades democráticas, passe por uma defesa e luta constan te pelas liberdades sindicais. No PT estamos colocando, como partido, a questão do governo, da participa ção nas eleições, de chegar ao go verno elegendo deputados, vereado res, prefeitos. Não somos um parti do sindicalista. Existe, isso sim uma campanha para o PT não se cons tituir como partido e ficar na luta sindical, mas isso é outra discus são, sobre a viabilidade ou não do PT.

Para nós está muito claro o nível de atuação política do partido. A luta pelas liberdades democráticas, contra a ditadura, pelas eleições diretas, todas essas questões funda mentais de hoje estão dentro do programa do PT. É claro que nós não temos tantos parlamentares como têm os outros partidos. Mas não estamos fazendo uma análise da conjuntura estanque, e sim em movimento pro gressivo. E, nesse sentido, buscan do forçar a abertura do espaço de mocrático, julgamos que o PT está jogando um grande papel.

Bráulio: Para mim o partido políti co, hoje, é uma força que vai muito mais além do que as orga

nizações populares e os sindicatos. Justamente porque durante 16 anos mal ou bem os sindicatos estiveram aí, enquanto os partidos políticos praticamente não existiram. O que vai dar força, no sentido mais am plo aos movimentos populares são os partidos políticos. Por exemplo, se tivermos partidos realmente ligados às massas populares, os sindicatos serão fortes. Sairão das lutas eco nômicas e partirão para as políti cas. Mas hoje eles não têm essa com preensão. Por isso os partidos de oposição têm que cumprir esse papel fundamental, que é o de dar cons ciência política à massa trabalha dora. É preciso não esquecer que, no Brasil, o ABC é ainda a exceção, e não a regra.

Para mim o PT, hoje, não tem condi ções de cumprir essa tarefa a nível nacional, enquanto o PMDB, que já está implantado e já tem uma tradi ção inclusive eleitoral, pode desem penhar um papel de atingir as am plas massas, e não só os elementos mais avançados.

Proposta: Existe incompatibilidade entre a participação nas entidades de massa e a participação nos partidos políticos? Como devem se relacionar esses dois níveis de atuação?

Ricardo: Existem várias colocações contrapondo atividade par tidária com atividade sindical. A cho que não tem nenhuma contradi ção. A meu ver, é obrigação dos ele mentos que se projetam na luta sin dical, econômica, assumirem bandei ras políticas. Assim mais contri buem. É lógico que é preciso uma a dequação em termos de tarefas, mas isso é equacionável. Não há nenhu ma contradição, pelo contrário são complementares.

A grande questão nossa, hoje, é sa ber quais os instrumentos fundamen tais capazes de forjar a unidade do povo, na sua luta contra o regime. A meu ver são dois. A nível da ação

sindical é a unidade dos sindicatos, quer dizer, a unidade sindical. E na luta política, temos o PMDB que hoje é o partido que está organizado concretamente. Fortalecer a unidade dos sindicatos e ampliar cada vez mais essa frente de oposições que é o PMDB, são os caminhos principais para construir a unidade do povo na luta pela democracia. As experiências históricas mais bem sucedidas contra o fascismo, apesar das dificuldades, são as experiências das frentes populares.

Ferreira: Eu acho também que a luta principal é contra o regime autoritário. Mas há unidade e unidade. Uma forma de unidade, por exemplo, é aquela que propôs o PP, de salvação nacional, com a finalidade clara de não avançar na democracia. Há algumas análises que supõem que o Golbery tem uma vara mágica e determina a abertura. Acho que é o contrário. O que determina a abertura é o peso das forças populares e as contradições do próprio regime. A questão é saber quais as propostas e quais as ações que devem nortear a unidade. Não é o problema de estar todo mundo no PMDB. Nem o Ricardo defende o PMDB com a composição social de hoje. Vai haver muitos adesistas que vão cair fora. Temos de reconhecer que há forças oposicionistas diferenciadas e que o fundamental hoje é construir a unidade na ação. Quando defendemos a unidade na ação é porque queremos que a prática política passe exatamente por um elemento fundamental, que é a luta pela democracia. O que é essa luta? É negociar a nível dos grandes parlamentares? Não sei nada daí, não sei democracia nunca. A luta contra o regime se faz através de mobilizações que possam arrastar forças como igreja e outros meios para, de fato, se formar uma frente prática. Não é desmobilizando que você negocia com patrão e muito menos com o regime.

No meio sindical, a unidade se dá através de propostas que mobilizem

e não que desmobilizem. No lugar de acordos de cúpula, a unidade deve se forjar em cima de ações bem pensadas. A unidade passa por aí, e não pela fusão do PT com o PMDB. Devemos levar uma luta pela legalização de todos os partidos.

Bráulio: Eu não vejo hoje prioridade de entre partido político e organização popular. Cada companheiro, hoje, que esteja no movimento popular deve fazer tudo para estar organizado num partido político.

Ferreira: Existe muita gente que, ao colocar a questão da participação da base, fica no basismo e não entende a questão da política nacional. O importante são as forças sociais, sindicais e associações. O partido não é considerado questão urgente. Isso é uma falsa concepção do papel do partido. É preciso conjugar as lutas da população através de suas organizações autônomas com a luta política a nível do poder. O partido é o instrumento por onde as reivindicações chegam a nível de poder.

Ricardo: Eu queria voltar à questão da unidade, pegando concretamente a Unidade Sindical. É preciso compreender que a unidade hoje no campo sindical não se constrói a partir da exclusão deste ou daquele sindicalista seja ele de que tipo for, e sim a partir de um processo que conquiste todas as entidades para a ação unitária. E ação unitária não é discurso. Ação unitária são as grandes campanhas de massa por melhores salários, contra a reformulação arbitrária da CLT, etc.

As poucas entidades que estão com restrição à Unidade Sindical, estão no fundo com dificuldade de entender a importância da participação delas para estimular e jogar essa Unidade Sindical para frente. Não temos que montar um tribunal ideológico agora para saber se o Joaquim pode ou não pode ceder o sindicato

dele para ser sede da campanha de apoio dos metalúrgicos do ABC. Por que quando ele não cede é um traídor e quando ele abre o sindicato também é um traidor. Aí é jogar contra a unidade. A unidade que eu defendo é a unidade de todos quantos queiram somar num programa concreto. E a Unidade Sindical tem um programa concreto: liberdade sindical, direito de greve, campanha contra o divisionismo no sindicato, tudo isso já está colocado. A maior ou menor eficácia dessa unidade vai depender, hoje, de que esses sindicatos mais combativos estejam lá dentro para impulsionar os outros, que são mais atrasados e têm mais dificuldade de ação.

Na questão política é preciso compreender antes de mais nada que estamos no quadro de um regime ditatorial querendo se institucionalizar. Estamos na vigência de uma lei orgânica dos partidos mais fascista do que nunca e que, inclusive, foi feita exatamente para dividir o PMDB. Barrar na política essa manobra do regime, engrossando as fileiras do PMDB, comprometendo-o cada vez mais com as lutas populares, era a tarefa evidente das forças democráticas naquele momento. Quem não compreendeu e ainda não compreende isso, é porque se nega a trabalhar com as amplas massas junto a quem o antigo MDB tinha já adquirido um considerável acúmulo de trabalho político. Não quero negar aqui o ânimo, a vontade oposicionista do PT e do PDT. Resta saber se com isso estamos só mando ou dividindo. Não se trata simplesmente de pensar as ações unitárias concretas porque ações unitárias concretas em cima de pontos que interessam aos trabalhadores eu faço até com o PDS. Se o PDS resolve defender um abono de salário para todos os trabalhadores nós votamos com ele.

Eu entendo que o PMDB hoje é o núcleo político de construção da unidade popular. Começa hoje a organizar pequenas aglomerações, movimen-

tos, para virem a se tornar partidos, desprezando isso que está aí, acho da maior prepotência. É muito o pensamento dos chamados novos dirigentes sindicais, que acham que estão inventando o sindicalismo. Estão falando em Comissão de Fábrica, como se há muitos anos o movimento sindical no Brasil já não discutisse isso. Como se tudo que existiu antes tenha sido uma porcaria, a partir de um bando de populistas.

Ferreira: Continua havendo duas concepções sobre a questão da unidade, tanto política como sindical. O problema sindical não é tão simples como o Ricardo colocou. Existem dentro do movimento sindical as correntes e elas se expressam. Quero dizer que quando se fala em algo novo no sindicalismo é em relação ao que existia depois da ditadura de Getúlio em relação à estrutura sindical. Essa estrutura sindical é fascista, senão não serviria para a ditadura. É impossível alguma coisa servir para ditadura burguesa e para os trabalhadores ao mesmo tempo. Ninguém está querendo jogar fora toda a experiência sindical do passado, mas o que há de novo é o questionamento rigoroso da velha estrutura sindical atrelada. Se algum dirigente sindical está lutando contra a unidade dos trabalhadores no meio sindical é claro que é um erro muito grande. Mas acho que isso não existe, o problema não é esse. O problema é saber o que passa por dentro da idéia da unidade e é aí que o negócio pega. Você, que é do sindicato dos professores, eu dos metalúrgicos, sabemos que a coisa não se passa de forma simples. Os dirigentes sindicais sabem que essa luta dentro da Unidade Sindical é uma luta interna do movimento sindical.

E ela é fruto de divergências reais. Não a respeito da necessidade ou não da unidade, mas sim a respeito da forma de construí-la. Todos lutamos por uma Central Única dos Tra-

balhadores. Lá dentro, em cima da prática e da orientação das linhas, existem divergências como estamos tendo aqui. Tenho, por exemplo, divergências quanto a prática desenvolvida em cima da organização do Conclat, convocado pelo Cebrade. Não estamos desinformados sobre o processo. Nós tiramos num encontro de trabalhadores aqui no Rio uma orientação de participação das oposições dentro da Unidade. A gente vai levar lá para dentro uma luta para fazer com que essa unidade se forge em cima de uma prática sindical consequente. Os pelegos de ontem podem ser hoje progressistas, mas é preciso que os fatos demonstrem isso.

Dentro da organização política é a mesma coisa. Acho que é pretencioso hoje a gente não aceitar o fato de que a unidade das oposições passa por um programa mínimo comum de luta contra o regime. Defendo que a luta contra o regime passa pela conjugação da luta parlamentar com a ação consequente das forças democráticas a nível dos bairros, dos sindicatos, igreja, OAB etc. A unidade passa também por esse programa mínimo de ação das forças de oposição. Agora, achar que para realizar esse programa mínimo tem que estar todo mundo no PMDB porque ele é a força, aí eu acho que é pretencioso. Não creio que o PMDB seja capaz de levar essas bandeiras de luta se não tiver essas outras forças organizadas, e, entre elas, o PT.

Bráulio: É preciso não esquecer que a unidade tem de ser feita em termos nacionais e em termos dos grandes problemas que exigem reformas de base, como a agrária, o ensino, etc. O erro do PT, como o do Brizola, foi ter se julgado auto-suficiente para a organização. Subestimaram a força do PMDB e muito mais ainda a força do regime. Em termos de eleição, o meu medo é que aconteça aqui o que aconteceu em Portugal. Os partidos de oposição fizeram 50%, no geral, mas quem ganhou foi o PS com 43%.

Ferreira: O PT já tem condições de se registrar e é a sua existência que, em certos Estados, vai permitir negociar candidaturas. Foi feita uma pesquisa em São Bernardo e o cara mais votado, se tivesse eleição em 80, seria o Lula para prefeito. Isso significa força para negociar. Mas se o PT não existir não tem com que negociar. E é a isso que estou chamando mobilização. Negociar sem força não existe. Porque quem é o Ulisses quem tem que dizer quem é o candidato a prefeito em São Bernardo? A força do Lula vem da sua liderança no meio sindical mas o fato político partidário vem pelo PT. PT não é o Lula. O PT dentro do seu processo, do seu debate passa a ser um partido, uma bandeira que os trabalhadores vão assegurar com ou sem o Lula. Então é esse partido que vai ter condições de negociar, em termos de coligação, em termos de eleição, com os outros partidos. Acho muito claro hoje que a existência do PT possibilita não só a acumulação de forças mas a viabilidade de um partido de massas, de oposição, e que no futuro vai jogar um papel muito impor - tante na vida democrática do país.

Ricardo: Em termos de representação de massa a nível sindical, você tirando o Lula, fica pouca coisa. A passagem de uma certa representação de nível sindical a uma representação de nível político não é automática. Eu lembro que o Lula apoiou integralmente a campanha do Fernando Henrique Cardoso para senador e o Franco Montoro teve uma votação estupidamente maior do que o Fernando Henrique. É lógico que se o Lula fosse candidato seria diferente. É lógico que Lula hoje teria uma votação estupenda em toda SP, é um grande líder nacional. Mas vocês estão desprezando o que tem de trabalho político organizado nesses últimos 15 anos. Acho que de repente o PT acha que tudo isso é movimento de cúpula como se não houvesse trabalho político por trás daque

les milhões de votos do MDB. Está se lançando numa aventura política para barganhar candidatos já sabendo de antemão a sua própria inviabilidade.

A luta contra o regime exige hoje um posicionamento político partidário claro, que viabilize uma ampla ação política de massas. Não vejo o PT avançar por aí. Se as forças populares do PT estivessem hoje no PMDB, certamente estariam impulsinando muito mais o movimento. A uni-

dade estaria mais ampla.

Ferreira: Acho que o objetivo desse debate não é fazer com que todos pensem da mesma maneira. De todo modo, concordamos a respeito da necessidade da unidade. Você defende um bloco e uma forma de unidade. O que não se enquadra nisso, para você não é unidade. Eu penso de outra forma, como já argumentei. É a prática que dará as respostas definitivas.

Movimento Popular Igreja e Política

LUIZ ALBERTO GÓMEZ DE SOUZA

Pesquisador no Centro João XXIII, professor de sociologia na PUC do Rio e no curso de doutoramento do IUPERJ e antigo dirigente da Ação Católica. Esse texto é a transcrição condensada das idéias expostas pelo autor durante um debate realizado no escritório nacional da FASE.

Gostaria de iniciar nossa conversa chamando a atenção para a evolução significativa verificada na prática e no pensamento dos setores ligados à pastoral popular no que diz respeito à questão político-partidária. Há um ano atrás, por exemplo, era preciso insistir sobre a importância dos partidos políticos. Há via, às vezes um clima de desconfiança e de resistência, uma reação no plano ético, característica de quem estaria esperando um partido pronto, ideal, perfeito, no qual os cristãos pudessem se comprometer sem problemas. Não é que inexistissem razões objetivas para críticas às diversas propostas políticas, mas o que marcava alguns meios ligados ao trabalho pastoral era uma certa resistência para pensar a questão do engajamento político em termos partidários. Daí o esforço, nessa ocasião, para mostrar os limites do campo pastoral e a absoluta necessidade dos partidos políticos.

Desde então, muita coisa mudou. Um bom número de elementos ligados a trabalhos pastorais está hoje militando em partidos políticos, fundamentalmente em duas grandes opções: PT e PMDB. Embora não tenha condições de adiantar qual a que predomi-

na, é certo que a adesão a um ou outro partido tem sofrido grande influência das situações regionais. As opções dependem muito da região onde cada um estiver residindo e da problemática política local. Em alguns Estados a escolha se encaminhou, no princípio, em boa parte para o PMDB; o PT surgiu um pouco depois e passou a dividir as preferências. É possível que nos últimos meses um maior número tenha optado pelo PT, mas é inexata e mal-intencionada a informação de certa imprensa querendo indicar uma coincidência entre ação pastoral e militância no PT. Repito, em várias cidades há cristãos que não aceitaram ingressar no PT, seja permanecendo independentes, seja ingressando em outro partido (normalmente o PMDB). A tentativa de relacionar e confundir pastoral com PT é prejudicial para ambos.

A nova conjuntura dos últimos meses tem colocado novas questões. Se, há um ano atrás, era necessário insistir sobre a importância do partido político, hoje frequentemente há que tratar de relativizar o partido político. E isso pelo fato de que as mesmas pessoas que, há pouco, tinham desconfiança

dos partidos, hoje se integram na militância partidária com a paixão, e também com a ingenuidade, de um primeiro amor. Antes discutia-se os limites da pastoral, hoje é preciso discutir os limites dos partidos, o que é indispensável inclusive para criar condições para a dessectarização da prática partidária e a superação de alguns de seus impasses.

A convivência dialógica de posições políticas diferenciadas no interior de um espaço como a pastoral poderá ser de grande riqueza para as próprias opções partidárias de cada um.

Parece bastante claro para todos que o trabalho pastoral não é um trabalho caracterizado por uma opção política determinada, e que os seus membros são levados, numa decisão pessoal, a fazer uma opção partidária. Mas no momento em que essa opção é feita, tende a aparecer uma certa impaciência e um certo sectarismo, que esterilizam o debate. É um problema que não será resolvido se não compreendermos que a convivência dialógica de posições políticas diferenciadas no interior de um espaço como a pastoral poderá inclusive ser de grande riqueza para as próprias opções partidárias de cada um.

Já despontam, aliás, em vários lugares, sinais de uma postura dessectarizante, partindo em primeiro lugar da compreensão de que a opção pelo PT ou pelo PMDB não é historicamente fechada ou definitiva, sobretudo numa situação como a do Brasil, em que as conjunturas mudam tão rapidamente e as propostas partidárias são tão recentes. Em segundo lugar, vai ficando mais claro que o espaço pastoral, pela sua natureza e especificidade, pode proporcionar um diálogo permanente e daí podem inclusive surgir novas combinações,

alianças ou novos eixos de unidade. Mas certamente não é uma questão já resolvida, provocando ainda muita perplexidade e incerteza.

Enfrentar o problema da relação entre a pastoral e o político, exige uma compreensão maior do fenômeno religioso contemporâneo e de sua natureza. Na linha do aprofundamento dessa discussão - relação entre o pastoral e o político - a visita do Papa tem suscitado uma série de reflexões que poderão ajudar a esclarecer, ou, pelo menos, fazer avançar em algumas questões.

Esta visita foi um terremoto que se caracterizou não só pelo impacto provocado e pelas milhões de pessoas que movimentou, mas sobretudo pelo fato de não ter se reduzido a um simples monólogo. O Papa não foi um portador de mensagens feitas, mas, pelo contrário, houve uma intervenção muito positiva e criadora do povo. Apesar de ter sido uma visita preparada de forma muito tradicional, centrada em grandes reuniões de massa, em vários momentos o povo rompeu a rigidez do programa e tomou a iniciativa. Sobre isso, preparamos um livro, editado pela Civilização Brasileira, que leva o título de "O Povo e o Papa". A ordem dos dois personagens é importante, por considerarmos que houve o começo de um diálogo em que o elemento primeiro foi realmente o povo. No livro foi feita uma seleção de trechos dos discursos do Papa, alguns de seus gestos e atitudes espontâneos, comentários de jornalistas, sociólogos e teólogos aos vários momentos, as cartas, textos e documentos encaminhados ao Papa por setores da população e um balanço global da visita.

Um ponto que ficou como grande indagação da visita e que inclusive é levantado em alguns trabalhos do livro é a respeito da força histórica ou política, tanto do povo brasileiro quanto do espaço religioso. Como interpretar mais profundamente os

fenômenos desse encontro do povo com o Papa?

Já é conhecido e aceito o fato de que, a partir do momento em que, por volta de 68/69, a sociedade civil brasileira foi sendo asfixiada cada vez mais pelo novo pacto político autoritário, fecharam-se espaços nos sindicatos, nos partidos, na imprensa, nos movimentos de base etc. A Igreja foi então um espaço que ainda manteve uma certa autonomia e que o povo ocupou. Inclusive pelo fato da Igreja não ter uma proposta política concreta, isso se deu num espaço que não tinha uma receita pronta e acabada para a sociedade, conferindo aos setores que aí se expressavam uma iniciativa de criação e de experimentação. Essa hipótese de interpretação já tem sido repetida em diversos trabalhos. As CEBs tiveram um grande desenvolvimento no momento em que, na sociedade civil a Igreja foi o espaço em que as classes populares realizaram aquilo que o Gramsci chama de "guerra de posições", ou seja, assumiram uma posição hegemônica alternativa diante da hegemonia das classes dirigentes. Então o que aconteceu não foi que a Igreja tentou chegar ao povo através da pastoral popular, mas ao contrário, foi o povo, que desde muito tempo já era cristão, quem ocupou de uma maneira mais ativa e criadora a Igreja e inclusive, pode-se dizer que converteu essa Igreja. A "opção pelos pobres" de Puebla não foi o resultado de uma decisão tomada abstratamente, mas de uma prática e de uma conquista dos setores populares. São notórios os exemplos como D. Oscar Romero, na Nicarágua, vários bispos no Brasil e os inúmeros casos de congregações religiosas que realmente modificaram sua prática, sua visão de mundo, etc., em função da presença do povo que ia se organizando na Igreja, quando não havia praticamente outros espaços alternativos na sociedade civil.

O importante é que a Igreja esteja realmente a serviço da sociedade, como comunidade de Fé libertadora e não como poder que domina e impõe suas regras e prescrições.

Se fosse apenas isso, estaríamos agora, com a abertura do quadro político, vivendo uma outra problemática que levaria inevitavelmente ao esvaziamento normal desse espaço religioso na medida do surgimento dos partidos políticos, da retomada do movimento sindical, etc. E assim passaria o "tempo de expansão" das CEBs. De certa maneira há crises que pareceriam mostrar alguma coisa nessa direção. Em consequência, se pode encontrar, por parte de alguns agentes de pastoral, certas atitudes de nostalgia pelo tempo em que as CEBs eram um dos únicos lugares de reunião, assim como um certo espírito de competição diante do novo líder político ou sindical, cuja presença impediria que o agente de pastoral seguisse sendo o principal organizador e orientador. No fundo, pode haver uma disputa de liderança e de poder. Alguns análises já se perguntaram se a Igreja não aproveitou esse tempo para reforçar o seu poder institucional, as suas próprias estruturas de poder sobre a sociedade. O medo diante dos partidos políticos poderia ser às vezes a reação de alguns elementos eclesiais diante de seus concorrentes na disputa do poder sobre a população. Seria importante fazer uma revisão crítica dessa atitude, para que a Igreja esteja realmente a serviço da sociedade, como comunidade de Fé libertadora e não como poder que domina e impõe suas regras e prescrições.

Por outro lado, alguns que trabalharam na pastoral, afirmam hoje que o trabalho pastoral foi necessário durante o período de fechamen

to político, mas que agora, existin do outros espaços, ele perdeu a sua relevância. Se assim fosse, a atividade pastoral não teria uma realidade própria - sempre necessária em qualquer conjuntura - ao nível da Fé e da prática religiosa. Outros afirmam que a Igreja agora deve voltar ao que lhe é específico, ou seja, ao diretamente religioso, abandonando o que consideram ter sido um trabalho supletivo, necessário durante um tempo, mas agora dispensável. Esse tipo de argumentação é demasiado jurídico, já que não existe um específico religioso "em si", mas essa dimensão está encarnada em condições históricas concretas e redefine diante de cada uma delas. Isso nos leva a perguntarmos se não há algo mais profundo por trás de todos esses problemas. Será que tudo se reduz a uma análise conjuntural das CEBs, ou seja a considerar a emergência das CEBs pelo simples fechamento da sociedade civil e agora a crise das CEBs por uma abertura da sociedade civil? Terão as CEBs um sentido próprio em qualquer momento histórico ou são apenas espaços a ser ocupados ou desocupados e, portanto, vazios, sem uma proposta específica? É todo o problema, da Fé como realidade própria, que se faz presente aqui. Mas há outros problemas ao nível social que também se colocam.

A visita do Papa, sobretudo o caráter que ela assumiu no nordeste e em São Paulo, nos leva a analisar o que seja a religiosidade popular e o sentido cristão do povo, assim como o que o povo espera da Igreja e como se sente dentro dela. Chega-se então a detectar uma enorme força do religioso, que os movimentos políticos, sindicais, ideológicos, tentam agora compreender em sua significação mais profunda, sem o conseguirem totalmente.

Parece haver um desencontro tanto do tecnocrata e do político tradicional, como da esquerda com o povo.

Há que lançar algumas hipóteses de interpretação. A começar pela idéia de que a raiz profunda da religiosidade popular não se situa simplesmente numa atitude passiva ou alienada, como afirmam alguns, mas expressa de maneira vigorosa uma maneira que o povo tem de resistência e de auto-defesa. Resiste, com suas crenças, com seu ethos, com seus valores ao processo de modernização capitalista espoliativa. É possível encontrar também dimensão política nessa resistência. Para os sociólogos da modernização, o religioso vai sendo afastado pelo processo de secularização e de progresso e para um certo marxismo mais mecanicista, prevalece a dimensão de alienação do religioso, que também iria sendo posta de lado pelo avanço do processo e da consciência de classe. Os fatos recentes do mundo muçulmano e mesmo a inequívoca força do religioso na América Latina fazem repensar tudo isso, pondo a questão em outros termos.

É impossível eludir o fato de que tanto o discurso tecnocrático, mesmo de oposição ao sistema, quanto o discurso dos partidos políticos tradicionais são ininteligíveis para o povo. O povo não pode nem ser contra, pela incapacidade de entrar numa lógica que não é a sua e numa linguagem que desconhece. Por outro lado, cabe perguntar se a esquerda histórica, com sua concepção de partido de quadros, centralizado e normalmente autoritário, consegue por sua vez comunicar-se com o povo, ou se não chega a ele impositivamente, com suas palavras de ordem e suas prescrições já elaboradas.

Parece haver um desencontro tanto do tecnocrata e do político tradicional, como da esquerda com o povo. É como se os canais de comunicação e de contato com o povo não funcionassem bem, perdendo-se a capacidade de realmente perceber e aceitar o ethos e os valores de amplos setores da população.

Há um mundo tecnocrático, moderno,

capitalista, que fala uma linguagem que o povo não entende. Há também uma esquerda que está ocupada nas suas disputas ideológicas, na guerra entre posições "corretas", nos seus rachas, frequentemente com uma atitude autoritária, com a qual os setores populares tem também grande dificuldade em se relacionar.

Então esse povo não encontra muitos lugares para expressar e viver o seu ethos e os seus valores. Cabe perguntar se ele não descobre no espaço religioso, alguma coisa que ele não encontra no espaço político ou ideológico. Muito possivelmente, seria a sensibilidade para certos valores de justiça, de fraternidade e de convivência que, embora pareçam muito gerais, são elementos que efetivamente dizem muito ao povo.

Exemplo disso é a interpretação por ele dos discursos do Papa no Brasil. O que pode ser considerado conservador ou reformista pelo intelectual, em sua minuciosa leitura contextual apegada ao sentido liberal dos conceitos, pode não o ser pelos setores populares, cuja leitura tem outra clave, que passa mais pela sensibilidade. Eles sentiram no discurso do Papa o apelo a certos valores mais amplos, a visão de uma sociedade fraterna, de homens-irmãos, e sobretudo, uma solidariedade pessoal com os mais pobres. Não se fixaram tanto nos detalhes, mas não tomam da pregação de João Paulo II. Aliás, nem sempre perceberam os chamados de atenção aqui e ali para certos riscos dos excessos de politização, de luta ou de violência, e eles que convivem com a luta e a violência diária do sistema. Mas o Papa abriu para eles uma perspectiva de esperança e de confiança e uma possibilidade de uma nova sociedade. Uma espécie de horizonte utópico. À força de insistir, aliás com certa razão, na necessidade de uma análise científica da realidade, nem sempre tomamos com seriedade essa dimensão de utopia, que tem além disso o mérito de evitar que o "cien-

tífico" se transforme em dogma frio e impositivo. O espaço político teria de revisar não apenas sua linguagem, mas o próprio conteúdo de seus programas e propostas.

O problema é saber como o movimento popular vai se organizar politicamente a partir de suas aspirações, sua sensibilidade, seu nível de consciência e não a partir de orientações que vêm de fora.

Esse fenômeno - o religioso como lugar de encontro e expressão do povo - é entretanto ambíguo, tanto para o povo, já que o discurso religioso jamais vai responder à necessidade de propostas políticas concretas, quanto para a Igreja, que pode recair na velha tentação de preparar receitas políticas "cristãs" - as chamadas terceiras vias - voltando aos tempos de cristandade ou neo-cristandade, ainda que com roupagem progressista. Aliás, a visita do Papa pode ter um outro sub-produto negativo - ao lado de tantos pontos positivos - que é levar a Igreja a uma visão "triumfalista" e crítica de sua situação, ocultando suas falhas históricas e reforçando suas estruturas autoritárias.

Mas o importante é admitir que há na linguagem religiosa atual uma comunicação com a sensibilidade popular que não se encontra nunca na linguagem tecnocrática e nem sempre na linguagem política. E sobretudo é importante admitir o desafio que isso representa e perguntar por que os partidos e certos movimentos de classe, não estão tendo a capacidade de captar a energia do movimento popular. Deveriam fazê-lo, não para utilizá-lo, a partir de suas teses feitas, mas para por-se a serviço dele. Há uma defasagem crescente entre o movimento popular, com suas experiências locais e práticas inovadoras e as propostas políticas. Nes-

se sentido, o espaço religioso pa
rece ter sido mais sensível e isso
pode indicar, em parte, seu dinamis
mo.

A questão é saber como tudo isso
vai se colocar para o militante po
lítico ou para aqueles que desenvol
vem um trabalho de educação popu
lar. É um problema político que,
inclusive, independe da existên
cia ou não da abertura: como é que
o movimento popular vai se organi
zar politicamente, a partir das es
pirações, sensibilidade e potencia
lidades concretas e reais, mesmo
que seja para tentar superar suas
limitações, mas a partir de seus
níveis de consciência e não da impo
sição de orientações que vem de fo
ra.

Pode estar parecendo, nessa altura,
que eu esteja considerando o espaço
religioso como o único espaço de e
fetiva organização do povo. Na ver
dade, muita coisa nasceu no país no
campo sindical, no campo da organi
zação popular, à margem tanto da es
querda tradicional, quanto da Igre
ja. Além disso, embora movimentos
como a oposição sindical, o movimen
to do custo de vida e outros tenham
nascidos bastante vinculados a tra
balhos pastorais, é importante não
se superestimar a importância da I
greja e assinalar o caráter parti
cular de sua presença no socio-po
lítico. Muitas vezes, ela teve um
papel animador e pedagógico particu
lar, tendo funcionado frequentemen
te como espaço de debate, reflexão,
discernimento e criatividade, mais
do que como uma instituição orienta
dora. Aliás, isso não indica uma de
bilidade sua, mas, pelo contrário,
uma certa capacidade de deixar cada
um se manifestar e criar com liber
dade. É aliás curioso constatar que
uma instituição com estruturas de
autoridade tão rígidas tem permiti
do ao mesmo tempo, na base, experiên
cias de participação.

Cumprе entretanto assinalar que mui
tas iniciativas ocorreram sem a pre
sença direta tanto da Igreja quanto

de grupos políticos ou ideológicos.
Há um certo receio de reconhecer is
so, baixo o temor de receber a alcu
nha de "populista" ou de "espon
taísta". Os hábitos autoritários do
próprio sistema penetraram tão pro
fundamente na população, que seus
próprios contestadores os reprodu
zem e não conseguem aceitar que ini
ciativas nasçam sem "dono", patroci
nador ou orientador ideológico.

Voltando à questão do espaço políti
co/espaço religioso, gostaria de en
fatizar que não há uma relação auto
mática ou mecânica entre esses dois
níveis. Constatar a força do espaço
religioso ou os valores populares
nele contidos não resolve o proble
ma das exigências próprias da área
política. Como já dissemos, seja
pela sua natureza, seja pelo seu ca
ráter genérico, o discurso religio
so não substitui o discurso e os
programas políticos. Tampouco não
se pode fazer política somente a
partir do discurso religioso, ou co
mo consequência lógica de suas pre
missas. Para a opção política é ne
cessário a mediação da análise ci
entífica da realidade e do debate
teórico. De nenhum debate ao nível
pastoral vai fluir automaticamente
uma opção partidária. Não há uma
ponte mecânica entre o religioso e
o político.

Mas por outro lado, se observarmos
o mesmo problema do lado do povo, é
patente que as coisas aparecem de
forma bastante mais unida. Não há
separações claras para ele entre
"lugar político", "lugar religioso",
"lugar social", etc. O que há são
problemas concretos como a escola,
o trabalho, a terra, integrados nu
ma totalidade que constitui a vida
do povo. O povo expressa seus pro
blemas onde sente que tem clima pa
ra fazê-lo. Assim, numa CEB, por
exemplo, o povo reza, canta, lê a
Bíblia, discute o problema da terra
ou do salário e vai fazer propos
tas que, para nós, seriam próprias
do nível político, mas que para ele
fazem todas parte de sua vida.

O problema, então, é como levar em conta a existência dos diferentes lugares e, portanto, considerar a mediação do político, do religioso, do sindical, etc., mas, ao mesmo tempo saber que na vivência popular as coisas estão muito amarradas e nem sempre são vistas de forma fragmentada.

Não se trata de criar algo novo, à margem do espaço político-partidário e sim de ocupar esse espaço com uma nova perspectiva, forçando o debate.

O desafio é também o de saber como os partidos políticos, partindo desses valores populares, vão conseguir expressá-los num outro nível, no nível das propostas e programas políticos, mas ao mesmo tempo respeitando essa unidade da vida do povo e, inclusive, respeitando ali a presença do religioso e sua particular importância. Esse não é também um problema a ser enfrentado somente pelos cristãos ou pelos setores ligados à pastoral. Também a crítica ao comportamento autoritário ou elitista de setores da esquerda não pode ser feita de fora, como um pretexto de não participação, mas de dentro dela mesma, para revisar e quívocos ou desencontros históricos. É preciso partir da idéia que se trata mais de uma auto-crítica do que de uma crítica. Portanto, não pode ser feita somente numa instância eclesial ou numa espécie de "lugar crítico neutro", mas nas próprias instâncias partidárias.

Não me parece procedente além disso querer transformar a Igreja num lugar superior de criticidade, o que lhe conferiria uma espécie de importância histórica, e recairíamos num certo triunfalismo. Claramente, não se trata de uma problemática específica dos cristãos. Os cristãos não são nem mais nem menos lúcidos nem melhor aparelhados para enfrentar

esses problemas a nível do político-partidário.

Então não se trata de criar algo novo à margem do espaço político-partidário, por mais fechadas ou estreitas que sejam as atuais estruturas e propostas partidárias. Trata-se muito mais de ocupar esse espaço com uma nova perspectiva, forçando o debate. Os partidos podem, e eles próprios, fazer sua revisão, mas podem também, e devem, ser empurrados, não só pelo lado do debate intelectual, mas principalmente pelo próprio movimento popular, que, pela sua prática, vai protestando e pressionando contra as estruturas burocráticas, rígidas ou autoritárias de diversas organizações da sociedade civil. E a Igreja poder desempenhar também um certo papel, nos limites já assinalados.

Nesse sentido, me parece muito interessante a experiência do PT. Embora possa não vingar no futuro enquanto partido político dentro da rigidez da lei eleitoral, certamente terá servido como um fecundo campo de experimentação onde dirigentes populares puderam se exercitar e, inclusive, se capacitar politicamente, às vezes partindo de uma certa inexperiência, que frequentemente é inclusive benéfica e permite inovar. Mas também no PMDB - e quem sabe se no PDT - há uma prática popular a ser levada em conta.

Gostaria de finalizar insistindo e enfatizando sobre a autonomia do movimento popular, no sentido de que ele deva se organizar e estruturar da forma que considerar melhor e dar vazão ao seu dinamismo e criatividade. Para isso há que superar o medo que se tem de cair no espontaneísmo ou no anarquismo, pondo de lado, esse "complexo autoritário" que aparece e reaparece por todos os lados. O espaço pastoral pode ajudar nisso enquanto consiga criar um clima, de liberdade, sem formular receitas ou prescrições.

Fazer confiança aos setores popula

res para que se organizem, dar oportunidade para que eles criem e avancem, eis aí, a meu ver, a grande função pedagógica tanto da pastoral, quanto dos partidos e movimentos políticos. O sujeito histórico do pro

cesso são as classes populares; a prática pastoral aí está como um serviço a elas a partir da Fé e os partidos como instrumentos capazes de canalizar toda a sua criatividade em programas e estratégias concretas.

Política Agrícola Brasileira "Plante que o João garante e as multinacionais colhem"

J. Garcia

A partir de março de 1979, o ministro Delfim Netto inaugura uma nova política agrícola. Nossa hipótese é de que essa política está inserida nas novas estratégias de reprodução do capital internacional definidas a partir de 1973 com a finalidade de superar a crise do sistema capitalista manifesta a partir desta data.

Este texto não tem a ambição de apresentar um estudo exaustivo sobre as relações entre o capital internacional e a política agrícola, nem tampouco vislumbrar uma reflexão teórica sobre dependência. Apenas pretende alertar para alguns aspectos mais agressivos do capitalismo no campo (1) implementados pela política agrícola do Governo Figueiredo. Vale como tentativa de sistematização das informações recolhidas na imprensa econômica, nos projetos e relatórios das Conferências Mundiais sobre Agricultura e Alimentação e dos órgãos supranacionais de caráter financeiro ou deliberativo (BIRD, BID, FAO, CNUCED), apro-

veitando também as análises recentes sobre a "Arma da Fome" em poder das potências industrializadas, particularmente dos Estados Unidos.



Objetivamos esse texto como ponto de partida para uma reflexão sobre as safras da agropolítica no Brasil. Contra a tautologia do discurso oficial que atribui unicamente ao golpe da OPEP, a crise do sistema capi

talista, partiremos da hipótese de que a crise tem suas raízes no coração mesmo do sistema capitalista. Já em 1970, as formações centrais (USA, Europa Ocidental e Japão), enfrentavam problemas a nível da queda da mais-valia, da saturação relativa dos mercados internos, do esgotamento dos ganhos de produtividade e da equalização das condições de valorização do capital nos diversos países industrializados. Destarte, as "soluções da crise" implicariam numa reestruturação do sistema produtivo e financeiro, assim como na formação de um novo espaço econômico mundial.

Hoje o elemento mais candente dessa reestruturação do sistema de produção capitalista consiste em um processo de concentração do capital monopolístico sob o domínio do capital financeiro. Isto acontece graças ao crescimento de atividades especulativas de grande magnitude. Alguns fatos recentes, tais como o aumento rápido do ouro, da prata e de outros metais preciosos, assim como a alta das taxas de empréstimos no mercado internacional (18%) entre dezembro/79 e março/80 são índices de uma segunda fase da crise iniciada em 1973. Nisto se reforçam os grandes bancos internacionais e se enfraquecem as economias de países periféricos (2). Além da especulação em grande escala sobre o ouro e as taxas de juros, a cobiça dos interesses financeiros têm visado outros alvos como os produtos agrícolas (commodities) cujas cotações instáveis favorecem às grandes companhias corretoras de Londres e Chicago em detrimento dos produtores (3); as armas sofisticadas, um dos setores de maior desempenho comercial nos países industrializados (4); e também a compra de grandes extensões de terra no "Terceiro Mundo".

Além da especulação, um segundo campo de interesse do capital é o investimento no setor agrícola dos países do Terceiro Mundo. Várias causas explicam essa orientação. O lu-

cro das empresas agroindustriais está caindo tanto nos Estados Unidos como na Europa, devido ao esgotamento do processo de modernização da agricultura e sua integração ao setor financeiro e industrial. Assim, tanto o processo de concentração do capital no setor agroindustrial, quanto as orientações da ONU, da FAO e do BIRD voltadas para o desenvolvimento rural nos países periféricos, propiciam a integração crescente do setor agrícola desses países ao sistema capitalista sob a hegemonia das transnacionais agroalimentícias e agroindustriais e dos maiores grupos financeiros.

Nesse processo, a divisão internacional do trabalho está se agudizando de mais. Os países capitalistas dominantes - Estados Unidos, Canadá, países do Mercado Comum - detem 80% das reservas de cereais, dominam o seu comércio (somente os Estados Unidos e o Canadá tratam 75% do comércio do trigo mundial) e são os mestres da tecnologia de controle das safras mundiais (5). A economia dos países capitalistas dominados é encurralada. Para sustar os efeitos do crescimento da dívida externa, esses países orientam a produção agrícola para a exportação, em detrimento dos produtos de subsistência. Em consequência, eles ficam tributários também das importações de trigo (6), das máquinas e insumos necessários para implementar um desenvolvimento "moderno", isto é, exportador da agricultura. Portanto, reproduz-se o ciclo de dominação em lugar de livrar-se dela (7).

A POLÍTICA AGRÍCOLA À SERVIÇO DO CAPITAL MULTINACIONAL

É no exato momento em que surge a "crise" - 1973 - que Mac Namara, presidente do Banco Mundial, define no encontro anual da FAO em Nairobi, os novos interesses do capital para a agricultura dos países do Terceiro Mundo. Após chorar sobre a miséria e a fome crescentes no mundo (8),

deplorar a degradação do meio ambiente, ele chamou a atenção dos banheiros internacionais para o papel humanista que eles deveriam cumprir, investindo no setor agrícola desses países. O conjunto representa 3/4 da humanidade e o setor geralmente 2/3 da população ativa de cada país. Dito sem "mise en scène", o campo nesses países está quase virgem do capital (9), os consumidores potenciais são milhares de famintos, a terra é de "ninguém"; é preciso integrar a agricultura na economia de mercado e portanto transformá-la completamente graças ao fluxo de capital.

As formas de investimentos são diferentes. Os investimentos do capital multilateral - BIRD, FMI, OCDE AID, BID - aumentaram muito ao mesmo tempo que cresce a potência em capital desses órgãos. O BIRD duplicou sua potência financeira em 1980, o volume dos investimentos para o campo duplicaram também entre 1975 e 1978. A orientação desses investimentos também mudou; desde 1973, 30% foi dirigida para a agricultura e o desenvolvimento rural. Na reunião anual do Banco Mundial e do FMI, dia 30 de Setembro de 1980, se estudou a proposta para a criação de uma nova entidade filiada ao banco para tratar exclusivamente dos problemas da área energética. Essa entidade poderia emprestar cerca de US\$12 bilhões das nações produtoras de petróleo e dos industrializados para reciclar os países com graves déficits na balança de pagamentos (10). Assim o Banco Mundial vem se tornar a vanguarda na evolução das políticas de assistência à agricultura dos países subdesenvolvidos. Sobre o total de créditos concedidos (US\$12,1 bilhões) 7,64 bilhões financiaram 144 projetos em 48 países "em desenvolvimento". Em 1979, o Banco Mundial deu ênfase a um novo tipo de operação, não ligado a projeto específico mas, no sentido de provocar a adoção de "alguns ajustes nas estruturas econômicas a longo prazo" desses países, para o que

estão destinados de 600 a 800 milhões de dólares em 1980. Portanto, assim como o FMI, o Banco Mundial e os órgãos financeiros supranacionais de modo geral vêm assumindo o papel de reguladores das economias dependentes.

No caso do Brasil, maior tomador de recursos do Banco Mundial, a visita de Mac Namara em Novembro de 1979, não deixa de ilustrar a implementação desse processo. Das suas andanças nos bolsões de miséria, no Paraná e no Nordeste, e de suas discussões com os empresários paulistas, ele tirou a conclusão de que o Brasil podia expandir a sua dívida externa, mas observando dois critérios:

- Assegurar que os recursos sejam aplicados de maneira correta, através de investimentos de alta prioridade que proporcionam altas taxas de retorno;
- Aumentar as exportações de produtos agrícolas.

As metas assim fixadas correspondem, de fato, às orientações da política agrícola que acompanhou a irresistível ascensão ao poder de Delfim Netto e da filosofia do "Plante que o João Garante". A entrega da pasta da agricultura para o negociador nato da dívida externa, foi acompanhada de um empréstimo de 1 bilhão de dólares para serem aplicados na agropecuária e na agroindústria. Algumas semanas depois, um segundo empréstimo de US\$1 bilhão, por parte da OCDE, destinou-se a financiar o Proálcool. O capital é redistribuído em seguida entre empresas nacionais (Bardella, Dedini, Votorantim), aos bancos para subsidiar o crédito agrícola, e através do BNDE, para os empreendimentos ligados sobretudo à implantação de infraestrutura no campo: vicinais, armazéns, frigoríficos, e de destilarias de álcool e metanol.

O capital multilateral serve de "cavalinho de Troia" para a entrada massiva do capital estrangeiro, este sob

formas diferentes, mas cada vez mais integrado com outros setores da economia. Uma dessas formas importantes é a instalação de bancos estrangeiros. Em 1979, o Crédit Agricole abriu uma filial no Rio de Janeiro assim como o Banco di Roma. O Crédit Agricole representa o maior banco mundial, conta com depósitos de 80 bilhões de dólares e tem um ativo de 103 bilhões (11). Para estes bancos não interessa a compra de terras, mas sim o financiamento de projetos integrados. O Crédit, por exemplo, participa do projeto de desenvolvimento dos cerrados. Segundo seu diretor: "Não há limite físico para a expansão da atividade agrícola no mundo". Se, nos países subdesenvolvidos, "o nível de organização ainda é muito limitado ele pode melhorar muito". Os próximos anos vão testemunhar um importante deslocamento da produção de matérias-primas através do mundo e "a racionalização da atividade agrícola passa pelo rápido crescimento do comércio desses produtos".

A outra forma de implantação do capital estrangeiro consiste na formação de consórcios empresas/banco, e de "Trading Companies", capital nacional/capital estrangeiro com contratos que implicam na importação de tecnologia e com projetos agrícolas que integram projetos de comercialização para a exportação. Neste caso, também, os projetos integrados representam a forma ambiciosa do capital monopolista. Entre as potências imperialistas, o Japão tem adquirido uma espécie de liderança, particularmente no que interessa aos projetos em via de implantação no Brasil. Vale citar três imensos projetos negociados entre os governos das diferentes nações, a partir do Governo Geisel. O primeiro destes projetos, e o mais adiantado, é o do "corredor da soja" atravessando todo Paraná. A ferrovia funcionará como parte do sistema de exportação de produtos agrícolas, principalmente a soja plantada ao longo da ferrovia e destinada ao Japão. O

segundo projeto representa um empreendimento maior do que a Jari, na Amazônia. Tratar-se-ia de plantar arroz na área de 1,8 milhões de hectares na beira do Rio Tocantins, após ter drenado a região entre a barragem de Tucuruí e Belém. O projeto pretende produzir 80 milhões de toneladas de arroz (o dobro da produção brasileira). Os beneficiários do projeto estão imbuídos da mesma ideologia da FAO e do BIRD: o grande capital é o cavaleiro das esperanças, é ele que salvará o mundo da fome e da miséria. Sem humor, o projeto japonês conclui seu ditirampo: "80 milhões de arroz poderão alimentar 500 milhões de pessoas. Consideramos que a estratégia mais viável para que o Brasil se torne uma verdadeira potência capaz de liderar o mundo no século XXI é abastecendo de alimentos, estavelmente, centenas de milhões de seres humanos que sofrem de subnutrição, além de chegar à auto-suficiência de alimentos no mercado doméstico. Confiamos na Amazônia para que possa atender à nossa esperança". Deve ser salientado que o projeto está associado a outros projetos industriais para a região: a construção da hidrelétrica de Tucuruí e possivelmente a siderúrgica tratando o ferro de Carajás para exportação, empreendimentos onde está investido capital japonês e a tecnologia nipônica. O terceiro projeto em interesse é o dos cerrados envolvendo uma imensa área, equivalente ao quinto do território japonês. Entre Anápolis e Vitória, o projeto pretende reagrupar ora as terras, ora os produtores, em cooperativas de produção e de comercialização cujas produções serão reorientadas em função das necessidades energéticas ou dos mercados externos de alimentos. O Projeto em fase experimental, graças a formação de uma companhia mista - CAMPO (capital estatal/capital japonês) - implanta cooperativas para os pequenos produtores e também estimula a construção de grandes destilarias no norte de Minas assim como a

plantação de eucalipto para carvão vegetal.

Qualquer que seja a veracidade do boato a respeito da vinda de 10 mil japoneses para explorar a área, a implantação do projeto vai irremediavelmente provocar mudanças nas relações de produção com os cooperados submetidos à dupla desgraça do colonato e do assalariamento.

Para o capital monopolista, a terceira forma de investimento está realizada pelas multinacionais do setor agroalimentício, que constituem verdadeiros oligopólios. Por exemplo, no caso dos cereais, cinco empresas detêm 60% do mercado internacional. Entre estes oligopólios, um exemplo significativo é o caso da Bunge and Born, uma das maiores firmas mundiais de alimentos sofisticados (óleo, margarina, cereais, milho nese...). Desde os anos 30, ela atua no Brasil através de duas filiais; a Sanbra e a Samrig, transformando a semente de algodão em óleo, expandindo-se para o setor têxtil (Baixada Santista) e passando a comercializar o trigo no Estado de São Paulo. Durante a ditadura, a Borge and Burn foi uma das grandes promotoras da cultura da soja na região sul, beneficiando-se com isto de incentivos fiscais para exportação, de empréstimos para a construção de maiores complexos de transformação da soja (13 milhões de cruzeiros em 68) em Ponta Grossa. Esse oligopólio associado com a Fecotriga está interessado em desenvolver o consumo de cereais no mercado brasileiro: a Sanbra colocou um nutricionista no PRONAM, recebeu incentivos da FINAME e se vangloria de ter grandes objetivos humanísticos: "melhorar as condições de saúde da população, mas também aumentar a produtividade, reduzir a taxa de absenteísmo e o número de acidentes do trabalho" (12). A mesma firma é também uma das empresas grileiras de terras no Pindaré através de uma sociedade agropecuária, numa área de expansão que não foi até

hoje explorada, mas apenas cortada por uma imensa estrada, proibida aos posseiros de plantar ali a soja (13).

Podemos dizer que os objetivos do capital internacional, das agroindústrias e do capital nacional associados são de duas ordens, levando em consideração as características da economia brasileira. Por um lado, eles pretendem desenvolver o setor produtivo agrícola dentro dos laços de dependência já mencionados. A especulação sobre a terra ou sobre o crédito não os desinteressam. Em consequência, o processo de oligopolização e de monocultura para exportação provocam uma transformação das relações de produção para torná-las mais dependentes, mesmo quando os camponeses conservam a terra.

DESENVOLVER O SETOR PRODUTIVO AGRÍCOLA

Nos planos do governo, o setor agrícola tem a principal função de fornecer divisas para pagar a dívida externa. Dois terços do valor das exportações são representados por produtos agrícolas. Os planejadores afirmam que somente um "passo à frente" na agricultura poderia suprir o aumento do valor das importações sobretudo o petróleo. A orientação da agricultura brasileira para com os produtos de exportação - café, cacau, soja, carne, açúcar, frutas tropicais, madeira e fibras - coloca o Brasil como uma das maiores potências mundiais a este nível, pois detem os primeiros lugares na produção e exportação destes produtos.

Isso arrisca levar a transformação do campo no sentido da expansão de monocultura, ficando a pequena produção de alimentos relegada a proporções mínimas. A queda da produção de trigo, de feijão, não só no Paraná, mas também em outras regiões do Brasil, comprova a atualidade de desse risco. Por outro lado, a

queda do padrão nutricional em termos quantitativos e qualitativos pela substituição de proteínas animais por proteínas vegetais, contríbuem para sofisticar a miséria das camadas de "baixa renda". É ilustrativa a recente declaração do Ministro da Agricultura, Amaury Stabile, exortando os brasileiros a deixar o hábito de comer carne, enquanto no mesmo dia o Ministro do Trabalho, M. Macedo, ressaltava que são os trabalhadores que vão, mais uma vez, fazer os sacrifícios para salvar a economia do país frente à crise.

Correlativamente, os setores industriais ligados ao desenvolvimento do setor agrícola são particularmente estimulados pela monocultura de renda, pois seu processo de produção provoca uma série de necessidades novas: sementes máquinas, fertilizantes... O processo de transformação do produto, sua conservação, assim como a comercialização também estimulam a atividade de inúmeros outros setores industriais: bens de capital, construção civil, química, embalagem. Três meses após a publicação do pacote e duas semanas depois da liberação do dinheiro pelos bancos, 70% a mais de pedidos de crédito foram registrados, a ociosidade do setor de máquinas agrícolas desapareceu e a indústria de fertilizantes floresceu (400% de lucros em seis meses). Nesse setor as empresas estrangeiras dominam: Massey Ferguson, Lever, Anderson Clayton, Nestlé (700% de lucro em 4 anos no setor de laticínios). Em termos de lucratividade, são essas as que mais ganham com a política agrícola e com a "modernização capitalista da agricultura".

Mas não se deve limitar a distribuição dos "manás" aos grupos estrangeiros, já que os grupos nacionais receberam a sua quota. O grupo Zanini recebeu encomenda de 350 destilarias autônomas (9/79). Associado a dois grupos alemães e ao capital do Estado, o grupo inaugurou duas fá-

bricas de turbinas a vapor e redutores. Bardella, que acolheu a chegada de Delfim Netto com um "Graças a Deus", associou-se com Villares e outros empresários e foi autorizado a construir uma fábrica produzindo 100.000 litros de álcool diários, a partir do etanol.

GANHAR COM A ESPECULAÇÃO

A terra, explorada ou não, aumenta de preço, o que está comprovado em todas as regiões. O retorno do capital é bastante rápido, assim como declara descaradamente um "farmer" americano em relação ao Brasil: "lá vocês podem comprar a terra pelo preço de duas canecas de cerveja o acre. Quando tiver meio milhão de acres, e 10.000 cabeças de gado, aí vocês deixam aquele país de merda para viver em Paris, em Hawaí, na Suécia, onde vocês quiserem". Um outro modo de especulação sobre o preço da terra está ocorrendo com as "cooperativas colonizadoras", pois os colonos ou ex-posseiros estão obrigados a comprar a terra beneficiada por eles mesmos - caso da cooperativa COLONE no Maranhão - ou por outros posseiros que foram expulsos. Trata-se de uma exploração do trabalho que o assimila ao trabalho forçado gratuito. No caso da COLONE o benefício realizado entre a compra da terra através de incentivos e a revenda aos colonos equivale a 1.100%; enquanto na colonizadora Monte Alegre trata-se de 1.700%.

Um ano após sua promulgação, o resultado mais candente do Pacote Agrícola foi a especulação imobiliária, pois, antes de qualquer safra milagrosa, o preço da terra aumentou muito, particularmente nas áreas escolhidas para implantação de cultura de cana (Estado de São Paulo). Este "investimento imobiliário", como o qualificou Severo Gomes, proporcionou lucros superiores aos lucros de open-market, sobretudo quando acumulados com os incenti-

vos fiscais do Proálcool ou do IBDF (eucalipto, madeira).

Assim, as altas taxas de retorno realizam-se graças à aplicação de capital, seja ela de forma especulativa, seja ela de formação produtiva, seja pela compra de imensas áreas, seja pela realização de projetos faraônicos. O fenômeno mais novo consiste no estreitamento da aliança dos "tubarões grandes"; o capital financeiro internacional, o capital industrial nacional ou estrangeiro e os oligopólios do setor agroalimentício, de modo a conseguir transformar o campo, "territorializar o capital", ampliar consideravelmente o campo da extração da mais-valia. Nesse processo, o capital multilateral tem a função de faísca e de guia para o capital estrangeiro e nacional, enquanto o governo e os órgãos estatais cumprem o papel de executores e de repassadores de fundos. Assim, o "Pacote Agrícola" que o Delfim Netto preparou apesar de todas as piadas sobre a sua pretensa ignorância no ramo, corresponde, em grande parte, às metas fixadas nas altas esferas do capitalismo.

INTEGRAR OS CAMPONESES NA ECONOMIA DE MERCADO

Podemos averiguar a agilização desse objetivo do Banco Mundial no conteúdo do Pacote Agrícola.

As recomendações do BIRD a este nível são de ordem geral: a primeira dela diz respeito à manipulação dos dados sobre custeio, crédito e preço, ou seja, numa primeira etapa trata-se de promover uma política de alta de preço, generalizar a ajuda ao custeio e reduzir os juros do crédito para o conjunto da produção. Na véspera do afastamento do Ministro da Economia, Mário Henrique Simonsen, o Ministro da Agricultura publicou as medidas práticas e financeiras de aplicação do Pacote.

Os preços dos produtos foram aumentados 66,3% em média acima da taxa de inflação daquela época, a ajuda ao custeio atingiu 100% dos desembolsos efetivos para o plantio da safra, o crédito foi facilitado para os pequenos produtores com juros escalonados de 15% a 30% segundo de terminação do Conselho Monetário Nacional. Essas medidas em si parecem atender às várias reivindicações dos pequenos produtores, e de uma certa maneira sua proposta poderia enganar. Os camponeses reunidos no III Congresso da CONTAG não deixam de colocar a principal questão ao Ministro: "Onde vamos plantar o crédito se não temos terras?" Pois as medidas financeiras não atendem à principal reivindicação dos camponeses: A TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA. Mais do que isso, as medidas financeiras do Pacote, podem de fato chegar exatamente a ser o instrumento de uma ainda maior expulsão da terra.

Em primeiro lugar, trata-se efetivamente de uma manipulação, pois as medidas foram temporárias; uns meses depois, o governo anunciava que a ajuda ao custeio ia ser cortada em parte porque representava uma carga financeira pesada para o Estado. Os camponeses então não têm nenhuma garantia, segurança sobre a renda futura.

Em segundo lugar, as taxas de reajustes dos preços, de juros do crédito como a de ajuda ao custeio são seletivas segundo um duplo critério: a produtividade e o produto. Os produtores foram classificados segundo o valor da produção de suas culturas, o que relega os "miniprodutores" de produtos de subsistência - mandioca, arroz, feijão - à última classe, que são aqueles que beneficiaram abaixo das medidas, enquanto que os grandes produtores de produtos para exportação são os mais favorecidos, pois a produtividade é maior.

Em terceiro lugar, o Pacote compor

ta um conjunto de medidas de liberação e ampliação do capital, e, em contrapartida, institucionaliza uma rede de laços entre os produtores, os órgãos financeiros e o próprio governo, tornando esse relacionamento mais ordenado e melhor engrenado. Se se libera o dinheiro para os camponeses, estreitam-se as condições de garantias, em relação aos bancos. Assim, a capacidade de empréstimos para as cooperativas multiplicou-se por dois: a taxa de capital a ser investida no campo pelos bancos passou de 15% a 30%. O BNDE transformado em "Banco Social" destina Cr\$ 2 milhões dos seus recursos à eletrificação rural, aos projetos de produção de implementos agrícolas, máquinas, rede de armazenagem, casas populares no campo, construção de vicinais, formação de empresas de comercialização que congregam produtores para a compra de insumos, venda dos produtos...

Quanto ao nível global da produção agrícola, é o Governo, mais precisamente o Conselho Monetário Nacional, que estipula o conjunto das taxas segundo os produtos e a forma institucional de dependência do sistema financeiro. Sua política agrícola prossegue segundo os imperativos da dívida externa, as pressões dos mercados internacionais de Londres e Chicago, ou então segundo as exigências de grupos particulares.

Por outro lado, o PROAGRO torna-se obrigatório para todos os camponeses que pedem empréstimos. Os contratos individuais serão avaliados pelos técnicos da extensão rural levando em consideração o valor da produção ou a produtividade dos camponeses. O CMN decide a taxa de seguro para certas culturas a serem estimuladas. O prazo de liquidação do custeio estendeu-se a 90 dias após a colheita, mas em contrapartida o sistema de venda antecipada ao governo generaliza-se.

Sem presumir os resultados econômicos, as finalidades da política agrícola parecem ser de várias or-

dens: favorecer setores econômicos que aparentemente não são estritamente ligados à atividade agrícola como o setor de bens de capital e o setor da construção civil, ilustrando mais uma vez a versatilidade de capital. Estender o crédito para estimular a compra de insumos e de máquinas, aproveitar dos mais variados incentivos fiscais como "investimento grátis" (incentivos para exportação, para reflorestamento, para o Proálcool,...). Articular e centralizar os mecanismos de financiamento (CMN/BNDE/Bancos/Proagro) de modo a formar uma cadeia que torne quase obrigatória a utilização de capital emprestado e a reprodução desse processo de endividamento. Para o pequeno produtor, o processo realiza-se somente se ele tiver a terra, pois, se ele não conseguir manter o equilíbrio entre a lucratividade e o grau de endividamento, a penhora sobre a terra será o caminho mais seguro da expulsão.

A POLÍTICA AGRÍCOLA A SERVIÇO DA REPRODUÇÃO DA DOMINAÇÃO CAPITALISTA

Com a integração do setor agrícola ao setor industrial e financeiro, o processo de concentração da terra soma-se ao processo de monopolização do capital. Porém, nas atuais condições da agricultura, os pequenos produtores fornecem uma grande parte da produção. Nestas condições, como o grande capital, instrumentalizado pela política agrícola de Delfim Netto/A. Stábile, conseguirá generalizar sua implementação, não somente de forma especulativa, mas sobretudo de forma produtiva? Nesta segunda parte tentaremos colocar algumas linhas de uma nova estratégia quanto às relações de produção entre os pequenos produtores e o grande capital. O processo consiste numa falsa capitalização, falsa porque na verdade negativa, que provoca a dependência total do pe-

queno produtor ao capital.

A leitura das resoluções da última Conferência sobre o Desenvolvimento Rural e a Reforma Agrária em junho/79 podem até assustar militantes de base e ativistas sindicais. Os participantes deste encontro da FAO, órgão supranacional como o BIRD, denunciaram a miséria crescente das populações rurais do Terceiro Mundo, como também propuseram alternativas sociais mais concretas. Quatro objetivos e estratégias principais resumem as conclusões da reunião de Roma:

- Eliminar a miséria para a década 80/90 tendo como critérios a redistribuição da terra e de outros bens, assim como os níveis de renda;
- Favorecer o crescimento com equidade, redistribuir o poder econômico, estimular a participação da população, direito fundamental do homem;
- Reconhecer o papel fundamental das mulheres, propiciar-lhes o acesso igual à terra, à água e aos outros recursos naturais;
- Promover a educação primária para os jovens rurais como imperativo altamente prioritário.

Para a conclusão destes objetivos é preciso:

- Incitar os governos nacionais a realizar uma reforma agrária nas regiões onde for possível, para o desenvolvimento rural;
- Incentivar as organizações populares, inclusive as associações de trabalhadores rurais e as cooperativas;
- Aumentar os recursos alocados no desenvolvimento rural.

Esta ideologia humanitária, quando não socializante, contrasta com a situação de miséria, de opressão e de maior exploração ainda nas épocas de "milagre". Numa contradição aparente, esse discurso aponta para

soluções que, quando os trabalhadores rurais lutaram por elas, estes e suas organizações foram abalados por uma repressão feroz. Reformas agrárias do Chile, do México, do Peru, revoltas recentes da fome do Paraguai..., quantos exércitos não foram mobilizados para restabelecer a onipotência da grande propriedade privada.

Hoje no Brasil, multiplicam-se de desesperados saques de cidades pelos flagelados do Nordeste e deflagram-se inúmeras lutas de resistência e de ocupação de terra em todas as regiões. Os camponeses são reprimidos com a mais brutal violência com o conluio da justiça, da polícia militar, dos órgãos administrativos, dos políticos locais e nacionais e dos grandes proprietários nacionais e estrangeiros. Permanentemente (uma média de três conflitos/dia relatados na grande imprensa) camponeses e líderes sindicais são presos, sumariamente assassinados, assim como ocorreu ao candidato da chapa de oposição em Conceição de Araguaia e ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Acre entre maio e julho de 1980. Quando os camponeses querem retomar as terras já desapropriadas para a Reforma Agrária, eles são presos. Nestas condições recentes como entender a política do grande capital? A ideologia sobre as transformações das relações de produção tem aplicação no Brasil?

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que discursos de órgãos como a FAO encobrem perspectivas econômicas adequadas à magnitude do capital investido (ver primeira parte) o que explica melhor os interesses envolvidos na agropolítica, cujas vigas mestras são definidas nas esferas supranacionais:

- Expansão da produção agrícola e repartição mais equitativa, a fim de criar um mercado solvente de bens industriais e serviços para as massas menos favorecidas;

- Desenvolvimento da agroindústria utilizando a produção local;
- Aceleração da circulação do capital pelo crescimento da disponibilidade de crédito rural e a aplicação em subsídios de custeio, preço, etc., isto é, com um retorno bastante rápido, apenas equivalente a um ou dois ciclos produtivos;
- Abertura do mercado mundial, com o fim das medidas protecionistas com o fim de aumentar o intercâmbio e melhorar o acesso à exportação para os pequenos produtores.

Esses objetivos demonstram um dos aspectos da reestruturação do grande capital tanto pela aceleração da circulação do capital quanto pela integração das inúmeras forças de trabalho da mão-de-obra rural no processo produtivo. Para realizar esta integração torna-se necessária uma nova estratégia de dominação.

Como esta estratégia concretiza-se no Brasil? Em primeiro lugar, nenhum discurso oficial reflete as resoluções da Conferência Mundial. Ao contrário, predominam os discursos conservadores sobre o direito fundamental e inviolável da propriedade, assim como uma política meramente repressiva. Segundo o ex-ministro da Agricultura, a "Reforma Agrária é um absurdo perfeito".

Além disto, os grandes proprietários reunidos na Confederação Nacional da Agricultura declaram intolerável a resistência dos camponeses, assim como o apoio e ajuda da Igreja, e ameaçam intervir diretamente, correndo-se o risco de guerra civil no campo (14).

A importância dos conflitos tem obrigado o governo a adotar medidas parciais e pragmáticas nas regiões onde as lutas estão mais acirradas. Por outro lado, o governo tem promovido planos regionais ou estaduais que correspondem aos objetivos vislumbrados pelo grande capital. A análise de alguns deles permite assinalar dois objetivos complementares.

O primeiro, de cunho político, consiste em deslocar as condições de classe de uma região para outra, ou de um nível de produção para outro. O segundo, de cunho econômico, visa criar formas de produção e de comercialização de modo a encontrar vias de capitalização mínima a fim de integrar efetivamente os camponeses na economia de mercado (15).

Um dos fatores que permite comparar a articulação destes planos governamentais com o projeto do grande capital e sua formulação ideológica pela FAO está, em primeiro lugar, numa relativa simultaneidade dos planos, que são a face institucional dos investimentos maiores para o campo definido pela política agrícola de Delfim Netto. O processo de implementação fornece outros elementos interessantes desta relação tríplice BIRD/BID/FAO - política do governo. No início do processo, a Fundação Ford e a própria FAO entregam às entidades estaduais (CEPA) verdadeiros "pacotes" de pesquisa destinados a avaliar a força de trabalho, assim como analisar as relações de produção dominantes na região. Num segundo nível, as entidades regionais de desenvolvimento recebem o financiamento por parte de bancos estrangeiros ou do capital supranacional (BIRD) para implementar os projetos e redistribuir às empresas industriais ou imobiliárias. No caso dos PRDIS no Nordeste a orientação deste financiamento é dupla. Por um lado flui para o crédito rural, (dois terços do montante destinado aos pequenos produtores vem do BIRD), por outro, esse capital está especialmente investido como "apoio ao produtor" (43%) e para construção da infraestrutura de transporte, escoamento ou armazenagem da produção.

A forma considerada mais adequada de repasse do capital e de sua valorização é geralmente a cooperativa. "O sistema de cooperativa representa uma das alternativas mais viáveis

para a agricultura moderna - fundamental exigência do atual estágio de desenvolvimento no Brasil". Esta afirmação de Paulinelli, ex-ministro da Agricultura está sendo implementada por uma política determinada, em quase todos os projetos conhecidos. É a cooperativa, que, de fato, permite "socializar a pequena produção" e criar as condições para a intervenção eficiente dos órgãos monopolizadores da comercialização, pois a produção é entregue "obrigatoriamente" aos órgãos estatais - COBAL E CIBRAZEM - ou às agroindústrias. O segundo papel da cooperativa é tornar rentável a utilização de máquinas, assim como estimular o uso de insumos determinados em função dos produtos cultivados.

Dois elementos se beneficiam dessa coletivização capitalista da pequena produção.

Em primeiro lugar, o próprio Estado para quem a monopolização do comércio de produtos agrícolas possibilita a manipulação dos preços a um duplo nível. De um lado, rebaixando o preço pago aos pequenos produtores, graças a fixação do preço mínimo uma vez por ano (as taxas de inflação disparando além dos 100% e o aumento dos preços de insumos em cerca de 200% tornaram irrisórios os reajustes concedidos em julho/79). Do mesmo modo, torna-se possível manipular os preços para os consumidores, pois a capacidade de estocagem, de circulação da produção de uma região para outra suprime de fato a lei de mercado. Hoje o comércio de gêneros alimentícios, o mercado de hortigranjeiros nas metrópoles está dominado pelas cadeias de supermercados e pela COBAL. A campanha orquestrada contra o atravessador apenas tinha como objetivo encobrir esse processo de monopolização estimulando uma cruzada dos consumidores pela defesa dos preços contra os "lucros" dos intermediários, atravessadores e produtores. Os resultados sociais são significati

vos; as manifestações de produtores contra a alta do custo de produção multiplicam-se em todas as categorias e em todas as regiões do Brasil. Os pequenos produtores da periferia do Rio denunciam as artimanhas da COBAL.

Assim, a política de preço, de subsídios ao custeio, a generalização de agrupamentos de produtores sob a forma de cooperativa ou não, conflui em para um mesmo resultado: beneficiar os oligopólios da agroindústria. Se este processo não é novo, - ver o exemplo da Nestlé na comercialização e na transformação do leite - ele tende a se generalizar em outros setores da produção agrícola, sobretudo, os mais rentáveis: hortigranjeiros, culturas para a exportação ou para as energias alternativas baseadas na bio-massa (cana, babaçu, etc.) onde predomina ainda a pequena produção.

Essa obrigação não figura necessariamente nos boletins de propaganda do INCRA, incumbida de fiscalizar a administração das cooperativas, mas ela faz parte das normas gerais de estatutos de formação de cooperativas incluídas na Lei de 1971.

O segundo beneficiado é o capital internacional, precisamente o capital financeiro interessado nos grandes empreendimentos como projetos de irrigação junto à construção de grandes barragens, financiamento do Proálcool, mas também nos planos de desenvolvimento integrado. Ocorre uma certa contradição entre os objetivos dessas instituições (16) e as oligarquias locais ou estaduais para quem toda forma de distribuição da terra ou de organização de produtores significa comunismo e, portanto, arrepia os velhos e novos coronéis. No entanto, nas áreas delimitadas pela implantação dos PRDI, houve uma entrega de títulos para 2.862 camponeses até junho/79 (a região tem 500.000 posseiros sem títulos).

Concluir é um pouco prematuro? De fato não se pode medir ainda o grau

de generalização da implementação do grande capital financeiro e industrial para o setor agrícola com a manutenção coletiva e a exploração capitalista da pequena produção. Da mesma forma, no atual estágio dos projetos não é possível avaliar ainda os resultados econômicos nem a amplitude das consequências sociais e políticas quanto à formação "de uma classe média rural". Toda via, a magnitude dos projetos, a importância do capital investido, o empenho de grandes empresas, tudo concorre para a viabilização dessa nova fase do capital no campo. Do ponto de vista do pequeno agricultor, o capital "oferecido" é um engodo pois apenas serve para alimentar o ciclo de endividamento, enquanto o sobretrabalho proporciona, com rapidez, o retorno do capital aumentado de lucros diretos e indiretos para os bancos e as empresas agropecuárias, agroindustriais e industriais anexas.

Para aumentar o fluxo do capital e acelerar sua circulação, é preciso "racionalizar a organização" do trabalho agrícola, para o que torna-se necessário coletivizar a produção e a comercialização. A política de Delfim Netto, estabelecendo um sistema geral de preços e crédito e uma rede de comercialização, visa racionalizar a comercialização. As cooperativas, as colonizadoras e todas as formas de associações dirigidas de produtores e trabalhadores rurais têm como finalidade a racionalização da produção em função dos mercados externos. O conjunto desses dois processos nada mais faz do que transformar o pequeno produtor "independente" em assalariado graças a um processo invertido de descapitalização total, restando-lhe apenas o uso da terra, absorvendo, cada vez mais, uma parcela maior do seu trabalho e o de sua família. É preciso salientar que o seu uso é meramente provisório, pois, submetida ao bom desempenho capitalista do produtor, a terra geralmente é hipotecada, embora essa menção não

constasse na maioria das vezes nos contratos de participação na cooperativa.

As consequências previsíveis ultrapassam até a própria reprodução da miséria das massas camponesas no Brasil, podendo acarretar consequências maiores ainda. Para intuí-las devemos voltar ao nível mundial e colocar algumas indagações.

Assim como foi colocado na introdução, a realização quase completa do processo capitalista na agricultura dos EUA e da Europa, obrigam as multinacionais desses setores a exportar um modelo tecnológico e aplicá-lo à agricultura dos países periféricos nas latitudes tropicais e onde a produtividade geralmente é baixa. No entanto, os resultados de uma tecnologia avançada não são sempre positivos. Vale como exemplo os Estados Unidos onde o uso abusivo de insumos - fertilizantes, pesticidas, fungicidas e máquinas - destruiu definitivamente o equilíbrio pedológico dos solos, tornando 1,5 milhões de hectares improdutíveis.

A utilização sistemática de sementes híbridas, aumentando o risco das pragas, obriga os produtores a utilizar fungicidas e pesticidas químicos. Entre estes últimos, aqueles que incluem o mercúrio na sua composição são particularmente perigosos para a vida dos trabalhadores que os manipulam e a saúde dos consumidores de produtos tratados com esses produtos. Além do mais, a mesma semente plantada em larga escala, no caso de calamidade, pode provocar a perda total da safra, arruinando os produtores quando não acarretar a fome para os habitantes da região.

Nos países "subdesenvolvidos", a maioria na zona tropical, os solos são mais frágeis, de composição orgânica muitas vezes deficitária, e gozam de condições climáticas menos equilibradas do que nos países da zona temperada. Entretanto, os inconvenientes da "modernização" da

agricultura aumentam ainda mais os riscos para os produtores, sobretudo quando são compelidos à monocultura para exportação. Assim, os ganhos de produtividade são menores do que para os agricultores europeus ou americanos e os riscos são maiores (17).

"Alimento e energia, hoje, são pressões concretas do poder". A declaração enfática do Ministro da Agricultura aos quadros militares do regime (Escola Superior de Guerra) sintetiza perfeitamente as implicações da política agrícola com a política nacional e internacional.

Qual o tipo de alimento?

No Rio de Janeiro, nesses últimos meses, a escassez de feijão torna-se caso de polícia contra a impaciência das donas-de-casa nas filas do supermercado. O corte dos subsídios para o trigo, enquanto ocorre uma queda de 40% da produção no Rio Grande do Sul (30% da produção), faz com que o pão amassado com os resultados da política agrícola seja feito cada vez mais com trigo fantasma ou trigo importado dos Estados Unidos (a metade do consumo).

Qual o tipo de alimento senão a soja, milagrosa proteína vegetal, a respeito da qual inúmeras pesquisas realizadas pelo INAM demonstraram que é o alimento para os trabalhadores, uma vez integrado ao pão, ao leite, à feijoada e substituído o queijo e a carne!

Qual energia e para quem?

A última reunião do "Forum das Américas" realizada pela Organização das Nações Unidas, sobre a "livre iniciativa na mobilização de fontes alternativas de energias" evidenciou a nova febre pelo "ouro verde" que acometeu os banqueiros e industriais nacionais e internacionais. No Simpósio, o ufanismo das declarações das autoridades brasileiras contribuiu para estimular ainda mais essa cobiça. Amauri Stabile garantiu que o Brasil vai ampliar 10%

ao ano a fronteira agrícola somente para a produção de álcool. Um ano depois, o resultado do incentivo dado ao Proálcool ultrapassa a satisfação de alguns setores industriais diretamente ligados à produção de equipamentos para destilarias. Setores de bens de capital e empresários da indústria automobilística batalham junto com o Ministro do Planejamento a ampliação das metas do Proálcool para 1985, metas já consideradas absurdamente ambiciosas pelos técnicos da Petrobrás. Os participantes do Forum das Américas colocaram suas esperanças na "luta solidária" que "todos desenvolvemos para reduzir a dependência". Trata-se de diminuir a dependência ou de realizar concretamente, através do problema energético, a integração capitalista continental, o que está de fato vislumbrado pela transformação da ALALC em ALADI cujo objetivo é a formação de um mercado comum latino americano. Para o Presidente da Federação dos Bancos Latino-americanos, o problema energético da América do Sul é meramente financeiro e pode ser enfrentado "com grandeza" pela cooperação entre os bancos latino-americanos e o Banco Mundial. Ele avalia em cerca de US\$150 bilhões o investimento necessário para desenvolver as fontes alternativas de energia e tornar os países independentes da dívida do petróleo. Com o relatório do Ministério das Minas e Energia, aprovado por Delfim Netto, a participação estrangeira no Proálcool com produção de energia destinada à exportação é um fato consumado. Apenas trata-se de definir a forma de integração com o atual projeto, assim como tentar barganhar o grau de participação do empresariado nacional e a taxa de retorno para a economia brasileira.

A grandeza dos interesses envolvidos na agricultura, e particularmente na produção de energia, a aponta como uma fonte suplementar de acumulação do capital como também de

lineia uma nova fase da divisão internacional do trabalho. Os trabalhadores dos países periféricos vão contribuir diretamente para o fortalecimento da energia necessária para sustentar as economias dos países industrializados.

Portanto, o canto sobre a miséria das massas camponesas do Terceiro Mundo não passa de mera hipocrisia, ao mesmo tempo em que se travam novas formas de exploração e se consolidam novas formas de dominação, quem sabe, do tipo auto-gestionário.

N O T A S:

(1) Sem entrar no debate sobre a natureza do capitalismo no campo, partimos da colocação de K. Marx: "Em todas as formas de sociedades, é uma produção determinada e as relações engendradas por ela que designam todas as outras produções e as relações engendradas por estas a sua ordem e sua importância. Isso é como a luz geral onde são mergulhadas todas as cores e que modifica as tonalidades particulares.

(2) As dívidas externas dos países subdesenvolvidos cresceram de maneira demasiadamente, particularmente com a alta do preço do petróleo. No caso do Brasil esta passou dos US\$50 bilhões enquanto aumentou o déficit da balança de pagamento US\$2,7 bilhões, portanto, todas as negociações para conseguir empréstimo junto aos grandes bancos mundiais - US\$12 bilhões em 1980 e US\$20 bilhões em 1981 - implicam taxas de juros elevadas, condições de reembolso desfavoráveis e entregues em grande escala de monopólios econômicos (exploração de petróleo, minerais e terra sob a forma de contrato de risco).

(3) As tentativas para adquirir um poder de barganha sobre os preços do café através da criação do Pancafé sob a iniciativa brasileira foram frustradas. Os países membros não resistiram muito tempo às pressões da OIC (Organização Internacional do Café). O Brasil teve de reembolsar Cr\$50 milhões sobre os ganhos de venda antecipada de café.

(4) Entre os maiores vendedores de armas destacam-se os Estados U

nidos e a França. Seus maiores fregueses foram - e serão - os países produtores e exportadores de petróleo. A guerra no Golfo Pérsico é o efeito "boomerang" dessa política de vendas a todo custo.

(5) O Projeto Lancie, cofinanciado pela NASA e pelo Ministério da Agricultura dos EUA, possibilita a previsão da área cultivada e do volume de produção em qualquer país do mundo graças ao satélite. R. Fabre - Camponeses sem terra - Paris 1980.

(6) Em 1980 as expectativas de safra do trigo não são otimistas, pois o Brasil deverá produzir apenas entre 2,8 e 3,3 milhões de toneladas para um consumo de 6,5 milhões de toneladas. A queda de safra (40%) no Rio Grande, o corte dos subsídios são fatores negativos para 1981. O Brasil já importou 2,5 milhões de toneladas do EEUU, 480.000 do Canadá e 500.000 da Argentina. Um acordo de longo prazo para as vendas dos EEUU está em discussão. Fonte: Gazeta Mercantil/Setembro de 1980.

(7) O Comitê de Segurança Alimentícia da FAO, reunido em Roma, precisou que o déficit alimentício dos países subdesenvolvidos ultrapassa 80 milhões de toneladas de cereais e está crescendo. Para estes países o custo das importações de cereais aumenta de mais de 20% ao ano e o valor dessas importações corresponde a 1/3 das receitas das exportações de produtos agrícolas. No Brasil as importações em trigo foram

de 700 milhões em 1979 e chegaram à 1 milhão em 1980.

(8) O ritmo do genocídio pela fome acelera-se; em 1970 havia 400 milhões de homens em estado de subnutrição absoluta. Em 1979, este contingente aumentou para 450 milhões. Dado da FAO - Relatório Anual da Agricultura da Alimentação em 1979.

(9) Isto não significa que essas regiões sejam fora das relações capitalistas. O barateamento da mão-de-obra industrial, graças a expulsão maciça dos camponeses e graças ao excedente demográfico constituem um dos fatores mais atraentes para o capital industrial, multinacional, transferência de setores inteiros da indústria - não somente têxtil mas também metalúrgico e de construção automobilística - dos países industrializados para os países "em via de desenvolvimento" o comprova amplamente, o Brasil sendo o 1º país da lista.

(10) Evolução dos Balanços de pagamentos de 1973 a 1980 (bilhões de dólares).

Industrializados	+ 18,4	- 25
Exportadores de Petróleo	+ 6,6	+ 90
Países não exportadores	- 11,5	- 80

(FONTE FMI 9/80)

(11) O Credit Agricole é uma federação de cooperativas de crédito rural responsável pelo financiamento de 3/4 da agricultura francesa. O sistema reúne 10 milhões de clientes, todos morando em cidades com menos de 12.000 habitantes. O Banco concede empréstimos a seus clientes com taxa de juros inferiores as do mercado. O Banco foi um dos principais agentes da "racionalização" da agricultura francesa. A aplicação do plano Manscholdt (plano da Europa para o Mercado Comum) viu o desaparecimento da metade dos agricultores franceses em 20 anos.

(12) G. Muller, Transacionais e Agricultura: o Caso da Soja e dos Oleaginosos no Sul do Brasil, Paris CEFRAL, 1979.

(13) Jornal "Resistência", Belém/79.

(14) Declaração por parte da Sociedade Agrícola à Folha de São Paulo: "Minha preocupação é que isso (a resistência na terra) gere uma violência maior porque quem tem uma propriedade com todos os direitos assegurados e está na iminência de perder tudo, não cruza os braços, vai até as últimas consequências". Segundo Dom Balduino, Bispo de Goiás, isto não passa de provocação usando a bruxa comunista para desviar os problemas. FSP 30.03.80

(15) Projetos dos quais temos conhecimento:

- Plano para os agricultores de baixa renda em Santa Catarina;
- Mudança de orientação do Polonor deste a partir de 78 dando agora prioridade absoluta à promoção dos pequenos produtores rurais com ou sem terra;
- Projeto Colone no Maranhão, NARI no Acre;
- COOPERCANA no Mato Grosso;
- Decreto de desapropriação e formação de cooperativa em Alagamar;
- Minas Gerais - Plano de Promoção à Pequena Propriedade;
- Outros existem em diferentes Estados.

(16) Pressionam para que os não proprietários tenham acesso à posse da terra (pois é condição para o empréstimo bancário) e apoiam o processo de organização comunitária e de mobilização para o trabalho grupal.

(17) Os ganhos de produtividade dos agricultores americanos são espetaculares. O valor de sua produção alimenta 60 pessoas (42 em 1968).

ABREVI A Ç Õ E S

BIRD	- Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvi- mento - Banco Mundial	BNDE	- Banco Nacional de Desenvol- vimento Econômico
BID	- Banco Interamericano de <u>De</u> senvolvimento	PRDI	- Plano Regional de Desenvol- vimento Integrado
FAO	- Organização pela Agricultura e Alimentação	INAN	- Instituto Nacional de <u>Ali</u> mentação e Nutrição
FMI	- Fundo Monetário Internacional	ALALC	- Associação Latino Americana de Livre Comércio
CMN	- Conselho Monetário Nacional	ALADI	- Associação Latino Americana de Desenvolvimento <u>Integra</u> do

PAINEL

ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS CRIAM ASSOCIAÇÃO

Acha-se em fase final de preparação o IV Encontro Nacional de Advogados com atuação junto a Trabalhadores Rurais, a ser realizado em Goiânia de 4 a 7 de Dezembro.

O Encontro deverá criar uma Associação autônoma, de caráter nacional, que reúna o conjunto dos profissionais com prática no meio rural e que venha a ser um instrumento de qualificação, ampliação e apoio permanente a esse tipo de trabalho de assessoramento, sempre a serviço dos Trabalhadores Rurais.

A idéia da Associação, surgida a partir das necessidades do próprio trabalho dos advogados, vem amadurecendo há vários anos, tendo se corporificado no III Encontro Nacional, realizado em Novembro de 1978, quando foi constituída uma Comissão Executiva para implementação dessa idéia e que ficou assim composta:

Altamir Pettersen (CONTAG); Carlos Augusto da Silva Sampaio (CPT/PA - FASE); Luiz Alberto Teles (S.T.R. Juazeiro-BA); Thomaz Miguel Pressburger (CPT/RJ) e Wanderley Caixe (CDDH-PB).

Como ilustração da linha geral e

dos princípios que orientam os organizadores da futura Associação, transcrevemos a seguir um documento aprovado no Encontro Regional realizado em agosto no Rio de Janeiro, intitulado "Participação do Advogado nos Movimentos Rurais":

1) A atividade geral do advogado deve ser de luta pela liberdade, pela democracia e pela expressão do trabalhador;

2) Sendo a formação do advogado viada pelos interesses das classes dominantes, uma das formas de se lutar contra isso, dentro de nosso campo de atuação, é estimular a participação de estudantes e estagiários no sindicalismo dos trabalhadores rurais;

3) O advogado deve ter uma atuação não conformada ao "status quo". Tanto as leis quanto os poderes públicos não são diretamente representantes dos interesses dos trabalhadores. Cabe a nós romper com a função de amortecedor das contradições existentes. É imprescindível um trabalho vinculado às bases, sempre no sentido do fortalecimento do sindicato como organização livre e representativa das massas trabalhadoras. Nossa função não é a de aprofundar ou reproduzir o legalismo. Pelo contrário, o objetivo é o de se romper com a ordem jurídica existente. Não se pode, todavia, desprezar as leis

que, em cada conjunto, contemplam os interesses dos trabalhadores, mesmo porque são elas conquistas da classe;

4) Num processo de mudanças, é importante que os trabalhadores não desprezem a luta jurídica. Tem ela, por um lado, função didática. Por outro, é meio de pressão no sentido de se conseguir o atendimento das reivindicações. É fundamental encerrar essa prática como um dos aspectos da luta contra o sistema e não apenas como acontecimento isolado;

5) É através de sua luta que o trabalhador amplia sua consciência. Consciência não se dá. O advogado pode, no entanto, contribuir para alargar a percepção crítica do trabalhador;

6) O advogado não pode e não deve substituir os dirigentes sindicais. Em determinadas situações pode pressioná-los no sentido de assumirem a defesa dos interesses dos trabalhadores. É também função do advogado, o trabalho junto e com o movimento, no sentido de somar experiências vividas, sistematizando-as e devolvendo-as ao próprio movimento popular. Nesse quadro, o advogado é também um educador, mas sem perder de vista que o trabalhador assumirá a sua própria força e que as lideranças surjam do próprio movimento. A função do advogado não é meramente técnica.

TRABALHADORES DEBATEM ESTRUTURA SINDICAL

Com a presença de 446 trabalhadores da cidade e do campo, sendo 108 dirigentes sindicais, realizou-se nos dias 13 e 14 de setembro último, no Centro de Formação de Moquetá, em Nova Iguaçu, o Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estru-

tura Sindical (ENTOES).

O Encontro foi antecedido por Reuniões Preparatórias de caráter estadual onde, a partir do debate dos diversos temas relativos ao Movimento Sindical, foram aprovadas teses e eleitos os delegados por Estado.

Marcado por discussões acaloradas, o Encontro trouxe à tona divergências manifestas sobretudo no que diz respeito ao próprio caráter do ENTOES e à sua relação com o conjunto das entidades sindicais.

Embora sem reunir o consenso do conjunto dos participantes, o que se expressou no esvaziamento acentuado da plenária final, as resoluções oficialmente aprovadas foram as seguintes:

ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM OPOSIÇÃO A ESTRUTURA SINDICAL

Nova Iguaçu, 13/14-9-80

RESOLUÇÕES DO PLENÁRIO

I - RESOLUÇÕES GERAIS

- 1) Que haja uma Coordenação Nacional e Coordenações Estaduais;
- 2) Que os delegados participantes dos Encontros Estaduais sejam tirados em Assembléias por categorias;
- 3) Que os delegados participantes dos Encontros Estaduais elejam a Coordenação Estadual;
- 4) Critérios de escolha da Coordenação Estadual e Nacional:
 - cada Encontro Estadual estabelece o critério de escolha dos delegados;
 - estes delegados tiram a Coordenação Estadual;
 - estes delegados escolhem 2 (dois) membros para a Coordenação Nacional;

- 5) Que este processo desenvolva-se no prazo de 60 (sessenta) dias;
- 6) Haverá o 2º ENTOES no 1º semestre de 1981;
- 7) A Coordenação atual continuará em exercício até a escolha da próxima Coordenação;
- 8) A participação nos Encontros Estaduais estará aberta a delegados de categorias ainda não incorporadas ao ENTOES.

II - PROPOSTAS DE PLATAFORMAS GERAIS DE LUTAS

1) LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL

- Formação de grupos de fábrica e leitos pela base;
- Fundo de greve a nível nacional, de região, de fábrica, por categoria;
- Fundo de greve como sociedade civil;
- Criação da Federação Nacional dos Petroleiros;
- Estabilidade para as chapas der rotadas em eleições sindicais na mesma proporção da chapa vitorio sa;
- Realização de encontros interca tegorias a nível municipal, está dual e interestadual; objetivo: articular e planejar o trabalho conjunto;
- Solidariedade nas campanhas sala riais e eleitorais;
- Apoio à criação da ENTE;
- Fim do Estatuto-padrão;
- Direito de Sindicalização para os funcionários públicos;
- Luta contra o Decreto 3437;
- Comissões Salariais, comandos de greve e de luta livremente elei tos;

- Estabilidade para Comissões e Delegações de Fábricas eleitas dire tamente pela base;
- Sindicatos livres;
- Criação de sindicatos nas áreas e setores inorganizados;
- Contra formação de entidades para lelas aos sindicatos existentes onde é possível a sindicalização e a disputa eleitoral para a tomada da direção;
- Apoio decidido a organizações re presentativas de categorias impe didas legalmente de se sindicali zarem e das categorias que tem seus sindicatos sob intervenção, caso concreto o de São Bernardo/São Paulo. Exemplo: Bônus;
- Pela CUT;
- Eleições Diretas para Confederações;
- Sindicalização em massa;
- Criação de comissões de fábrica pe los trabalhadores;
- Formação e Apoio de Comitês de de fesa dos demitidos;
- CIPAS eleitas pelas bases;
- Democratização das eleições Sin dicais; que a eleição seja coor denada e fiscalizada por uma cô missão de trabalhadores de base e escolha de mesários de forma de mocrática; que seja feita a entre ga da lista de sócios a todas as chapas;
- Que se garanta que o valor da men salidade sindical seja tirado em Assembléia Geral;
- INTER-SINDICAIS com a participação de categorias do campo e ci da de;
- Apoio financeiro, jurídico e polí tico às oposições sindicais e de associações da cidade e do campo que sejam combativas.

2) MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO

- Semana de no máximo 40 horas sem redução de salário;
- Salário mínimo real unificado a nível nacional;
- Garantia e estabilidade no emprego, inclusive para os trabalhadores rurais;
- Lutar contra o desemprego;
- Pelo direito de greve irrestrito;
- Negociação direta entre patrões e empregados;
- Apoio a Campanha pelo reajuste semestral para professores e funcionários públicos;

- Reajuste trimestral acima do custo de vida, sem escalonamento;
- Pelo fim do Imposto Sindical, com a criação de mecanismos de sustentação financeira dos sindicatos, a serem assumidos pelos trabalhadores de cada categoria.

Observação: O plenário do dia 14/9/80 decidiu manter no relatório final o resumo dos trabalhos de grupo. Não enviamos, por enquanto, este resumo porque todos os delegados já o receberam nos dias do encontro.

SERVIÇO

PUBLICAÇÕES POPULARES NA BAIXADA

Fundado há quase dois anos o Centro de Estudos e Ação Comunitária (CEAC), sediado em Nova Iguaçu, vem prestando "serviço a grupos e movimentos no terreno do assessoramento técnico e pedagógico, tendo sempre como eixo os problemas e necessidades surgidas da própria prática comunitária".

Contemplando principalmente a área da Baixada Fluminense, o CEAC tem promovido alguns cursos de formação para lideranças da região, além de outras atividades sobretudo no campo da pesquisa e levantamento de dados a respeito da realidade e da história da Baixada.

No campo de recursos pedagógicos foram publicados, até o momento, três cadernos populares sobre os seguintes temas: "Melhore sua participação em grupo" "trabalhador X BNH" e "A mulher nas lutas populares".

Em colaboração com a FASE, foram produzidos dois conjuntos audiovisuais, ambos baseados nas experiências e lutas do MAB - Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu, entidade federativa que reúne hoje cerca de oitenta associações de bairro. O primeiro, "Cidade Dormitório",

trata de mostrar o funcionamento do Poder Público, suas fontes de renda (impostos), sua relação com os diversos setores sociais e o papel da luta e da organização dos moradores. O segundo, "MAB vai ao Palácio", reporta uma concentração dos moradores de Nova Iguaçu diante do Palácio do governo estadual, no contexto da sua luta por melhores condições de vida nos bairros populares.

Correspondência e pedidos de material podem ser enviados para: CEAC Rua Otávio Tarquínio, nº 209 s/906 Tel: 267-7592 - CEP 26.000 Nova Iguaçu/RJ.

CENTRO PUBLICA SÚMULAS SINDICAIS

Com o objetivo de "contribuir para o conhecimento e divulgação das atividades sindicais no país, constituindo para isso um arquivo de textos, documentos e notícias do Movimento Sindical do Brasil e do Mundo, especialmente da América Latina" foi fundado a 19 de Setembro último, o Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical-CIDAS.

Entre seus fundadores, encontram-se Osmar Mendonça (Osmarzinho) ativista sindical de São Bernardo; Luís

Eduardo Pereira, candidato pela cha
pa 2 "as eleições para o Sindicato
dos Engenheiros de Minas Gerais; e
Antônio Carlos Gouveia Arselrud
vice-presidente da Associação dos
Engenheiros da Petrobrás (AEPET).

Contando no momento com três equi
pes de trabalho - em Minas, São Pau
lo e Rio - o Centro publica quinze
nalmente uma sùmula reportando as
principais atividades sindicais do
período, tendo como fonte a impren

sa diária, jornais e revistas sema
nais, imprensa sindical, boletins
especializados, etc.

Pedidos podem ser feitos para a Cai
xa Postal, 7012 - Ag. Central - São
Paulo/SP - ou para Caixa Postal
2685 - Ag. Rio de Janeiro - Belo Ho
rizonte - MG.

O preço da assinatura anual é de
dois mil cruzeiros e da semestral,
mil cruzeiros.

**EQUIPES LOCAIS
REGIONAL NORTE**

Escritório de Belém
Rua Bernal do Couto nº 1329
66.000 – Belém – PA
(091) 222-0318
Escritório de Abaetetuba
Av. D. Pedro II, s/nº
68.440 – Abaetetuba – PA
(091) 751-1114
Escritório da Região de Salgado
Travessa Índio Betan nº 196
68.745 – Castanhal – PA
Escritório de Santa Luzia
Av. Newton Bello nº 1032
65.390 – Santa Luzia – MA
Escritório de Santarém
Rua Mendonça Furtado nº 2475
(091) 522-1764
68.100 – Santarém – PA
Escritório de São Luís
Rua Apolônia Pinto nº 213
Bairro de Fátima
65.000 – São Luís – MA
(098) 223-0276

REGIONAL NORDESTE

Escritório de Recife
Rua Cedro nº 52
Casa Amarela
50.000 – Recife – PE
(081) 268-3242
Escritório de Garanhuns
Rua Dr. José Mariano nº 346
55.300 – Garanhuns – PE
(081) 761-1819
Escritório de Fortaleza
Rua Justiniano Serpa nº 131
Otávio Bonfim
60.000 – Fortaleza – CE
(085) 223-4056
Escritório de Capistrano
Rua Cel. Francisco Bezerra Campelo nº 2
Carqueija
62.748 – Município de Capistrano – CE

REGIONAL SUDESTE-SUL

Escritório do Rio de Janeiro
Rua Senador Dantas nº 117 – gr. 1.518
20.031 – Rio de Janeiro – RJ
(021) 220-7198
Escritório de São Paulo
Rua Loefgren nº 1651 – casa 6
Vila Clementino
04040 – São Paulo – SP
(011) 549-3888
Escritório de Vitória
Rua Frei Antônio dos Mártires nº 145
29.000 – Vitória – ES
(027) 223-7436
Escritório de Porto Alegre
Rua Gaspar Martins nº 470



Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Escritório Nacional: Rua das Palmeiras 90 – ZC 01

Tel.: (021) 286-6797 e 286-6134

22.270 – Rio de Janeiro (RJ)